



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JÉSSICA DA COSTA SALUSTIANO

**A RELAÇÃO ENTRE A GOVERNANÇA E A CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Natal - RN
2024

JÉSSICA DA COSTA SALUSTIANO

**A RELAÇÃO ENTRE A GOVERNANÇA E A CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira de Lucena

Área de concentração: Mensuração e Evidenciação contábil

Linha de Pesquisa: Estudo dos impactos da contabilidade nas organizações e na sociedade

**Natal - RN
2024**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Salustiano, Jéssica da Costa.

A relação entre a governança e a condição financeira dos municípios brasileiros / Jéssica da Costa Salustiano. - Natal, 2024.

71f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Natal, RN, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira de Lucena.

1. Governança pública - Dissertação. 2. Teoria da condição financeira - Dissertação. 3. Gestão municipal - Dissertação. 4. Capacidade de Pagamento de Municípios (CAPAG) - Dissertação. I. Lucena, Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira de. II. Título.

Aos meus queridos pais, José e Marilda,
vocês são a razão pela qual cheguei até aqui.
Este trabalho é uma pequena parte do muito
que devo a vocês. Com todo meu amor e
gratidão, dedico esta conquista a vocês.

AGRADECIMENTOS

Ao olhar para trás e refletir sobre a jornada que culminou neste trabalho, vejo o apoio inabalável, a inspiração e o conhecimento que recebi de tantas pessoas ao longo do caminho. Cada desafio superado e cada conquista celebrada são, em grande parte, o reflexo da presença e colaboração de todos aqueles que caminharam ao meu lado.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me concedeu força, sabedoria e serenidade para superar os desafios ao longo desta jornada. Sem Sua presença constante, esta conquista não teria sido possível.

À minha família, minha base e meu alicerce, agradeço por todo o apoio incondicional. Aos meus pais, José e Marilda, por sempre acreditarem em mim e por me ensinarem os valores da perseverança e do esforço. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, oferecendo palavras de incentivo nos momentos mais difíceis e celebrando cada conquista ao meu lado.

À minha irmã, Emily, sou grata por seu amor, amizade e por estar sempre ao meu lado, tornando os momentos difíceis mais leves e as alegrias ainda maiores. Sua presença em minha vida é inestimável.

Ao meu marido, Dayvison, sou eternamente grata por todo o amor, paciência e apoio incondicional durante esta jornada. Sua compreensão e encorajamento foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada por estar sempre ao meu lado, nos momentos de cansaço e de celebração.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Dra. Edzana, por sua orientação, paciência e dedicação ao longo de todo este processo. Seu conhecimento e comprometimento foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, e sou profundamente grata por ter tido a oportunidade de aprender e crescer sob sua orientação.

Aos membros da banca, Prof^o Dr. Luís Vieira, Prof^o Dr. Lucas Schwarz e Prof^o Dr. Ronaldo Rego, agradeço por terem aceitado o convite para participar da avaliação deste trabalho. Suas contribuições, críticas e sugestões foram essenciais para aprimorar a qualidade desta dissertação. Agradeço por seu tempo e por compartilharem seus conhecimentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCCon), sou grata pela oportunidade de realizar meus estudos e por todo o suporte institucional oferecido ao longo desta jornada. Agradeço aos professores e à equipe administrativa que contribuíram para a minha formação acadêmica e para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de mestrado, que tornaram essa jornada mais leve e significativa, meu sincero agradecimento. A troca de experiências, as conversas e a amizade construída foram fundamentais para que essa caminhada fosse mais enriquecedora.

A todos os amigos, colegas e professores que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, deixo aqui meu sincero agradecimento.

“É justo que muito custe o que muito vale”.
Santa Teresa d’Ávila

RESUMO

A governança pública tem ganhado crescente importância na administração dos municípios, especialmente em um cenário de restrições fiscais e demanda por maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos. Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre a governança nos municípios brasileiros e a sua condição financeira governamental. Fundamentada na Teoria da Condição Financeira e em estudos empíricos, a pesquisa postula as hipóteses de que existe uma associação significativa entre os índices de governança (mensurada pela dimensão gestão do IGM-FA) e a condição financeira dos municípios (mensurada pelos indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez relativa, que compõem a nota da condição de pagamento (CAPAG)). A pesquisa abrangeu a totalidade dos 5.570 municípios brasileiros e a base de dados contemplou o período de 2018 a 2023. As variáveis Indicador de Endividamento, Poupança Corrente e Liquidez totalizaram, respectivamente, 31.130 32.025 e 27.303 observações devido à ausência ou inconsistência nos relatórios financeiros municipais. A metodologia adotada envolve a análise de dados em painel que adota efeitos fixos (*Fixed-effects*), empregando modelos de regressão para avaliar a relação entre a governança municipal e a condição financeira governamental. Os resultados obtidos neste estudo mostram que os coeficientes das variáveis analisadas apresentaram valores negativos em relação à Dimensão Gestão do Índice de Governança Municipal (IGM/CFA). Assim, um aumento no índice de governança está associado a uma diminuição nos níveis de endividamento, poupança corrente e liquidez, sugerindo que uma condição financeira mais favorável está relacionada a uma governança mais eficiente. Os resultados sustentam todas as hipóteses formuladas: a Dimensão Gestão do IGM-CFA tem uma influência significativa sobre o índice de endividamento, o indicador de poupança corrente e o indicador de liquidez relativa, sugerindo que uma governança mais eficaz está associada a melhores condições financeiras nos municípios. A análise também revelou que o PIB *per capita* está positivamente relacionado à condição financeira, enquanto o tamanho populacional não mostrou uma influência significativa.

Palavras-chave: Governança pública; Teoria da Condição Financeira; Gestão Municipal; CAPAG.

ABSTRACT

Public governance has gained increasing importance in the administration of municipalities, especially in a context of fiscal constraints and the demand for greater transparency and efficiency in the management of public resources. This study aims to analyze the relationship between governance in Brazilian municipalities and their governmental financial condition. Grounded in Financial Condition Theory and empirical studies, the research hypothesizes that there is a significant association between governance indices (measured by the management dimension of the IGM-FA) and the financial condition of municipalities (measured by the indicators of debt, current savings, and relative liquidity, which compose the payment capacity score (CAPAG)). The research covered all 5,570 Brazilian municipalities, and the database spanned the period from 2018 to 2023. The variables Debt Indicator, Current Savings, and Liquidity totaled 31,130, 32,025, and 27,303 observations, respectively, due to the absence or inconsistency of municipal financial reports. The methodology adopted involves panel data analysis with fixed effects, employing regression models to assess the relationship between municipal governance and governmental financial condition. The results obtained in this study show that the coefficients of the analyzed variables presented negative values in relation to the Management Dimension of the Municipal Governance Index (IGM/CFA). Thus, an increase in the governance index is associated with a decrease in debt, current savings, and liquidity levels, suggesting that a more favorable financial condition is related to more efficient governance. The results support all the hypotheses formulated: the Management Dimension of the IGM-CFA has a significant influence on the debt index, the current savings indicator, and the relative liquidity indicator, suggesting that more effective governance is associated with better financial conditions in municipalities. The analysis also revealed that per capita PIB is positively related to financial condition, while population size showed no significant influence.

Keywords: *Public governance, Theory of Financial Condition, Municipal Management, CAPAG.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Fatores determinantes da Condição Financeira de acordo com o modelo de Groves et al. (2003)</i>	20
Figura 2 - <i>Definições de Governança Pública</i>	29
Figura 3 - <i>Estrutura do IGM - CFA</i>	32
Figura 4 - <i>Estudos relacionados sobre a condição financeira</i>	35
Figura 5 - <i>Estudos relacionados sobre o IGM-CFA</i>	37
Figura 6 - <i>Desenho teórico da pesquisa</i>	39
Figura 7 - <i>Equações para cálculo dos indicadores econômico-financeiros</i>	45
Figura 8 - <i>Classificação parcial do ente federativo para cada indicador econômico-financeiro</i>	45
Figura 9 - <i>Classificação final de cada ente federativo</i>	46
Figura 10 - <i>Relação da Dimensão Gestão do IGM-CFA com os princípios de Governança</i> ..	47
Figura 11 - <i>Variáveis da pesquisa</i>	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Estatística Descritiva</i>	52
Tabela 2 - <i>Correlação entre as variáveis</i>	53
Tabela 3 - <i>Análise de regressão</i>	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivo específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	14
1.4 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 TEORIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA	17
2.1.1 Fatores que influenciam a Condição Financeira	20
2.1.2 Modelos de avaliação da Condição Financeira	25
2.2 GOVERNANÇA PÚBLICA	27
2.2.1 Tendências em Avaliação da Governança e Efetividade na Gestão Municipal a nível nacional	30
2.3 ESTUDOS RELACIONADOS	34
2.3.1 Desenho Teórico e Hipóteses de pesquisa	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.1 AMOSTRA E COLETA DOS DADOS	43
3.2 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS DA PESQUISA	43
3.2.1 Variável dependente – Condição Financeira	43
3.2.2 Variável independente – Índice de Governança	46
3.3 Especificação dos Modelos Econométricos	49
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
4.1 Análise descritiva das variáveis	52
4.2 Análise da relação entre os fatores da condição financeira governamental e a governança municipal	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
6 REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

A situação da condição financeira governamental em muitos municípios brasileiros tem se revelado caótica, refletindo uma gestão financeira insustentável e crescente dificuldade em equilibrar receitas e despesas. A crise financeira observada em diversas localidades é um resultado de múltiplos fatores, incluindo a má gestão dos recursos públicos, a falta de planejamento orçamentário eficiente e a crescente dependência de transferências intergovernamentais. Esses desafios financeiros têm implicações significativas na capacidade dos municípios de proporcionar serviços públicos adequados e promover o desenvolvimento local.

Nesse contexto, a governança pública emerge como um fator crucial para a reestruturação e melhoria das finanças municipais. A adoção de práticas de governança eficazes, que priorizem a transparência, a responsabilização e a eficiência, pode desempenhar um papel fundamental na recuperação financeira e na promoção de um ambiente econômico mais estável e sustentável para os municípios afetados.

Com o importante papel de gerenciar o patrimônio público, a administração pública promove o desenvolvimento econômico, bem como boas condições de bem-estar social para a população. Nesse sentido, o princípio básico para que a gestão pública alcance seus objetivos é a utilização eficiente dos recursos públicos. Além disso, fatores como transparência e controle, otimizam os resultados no setor público, à medida que levam à adoção de boas práticas gerenciais (Silva & Crisóstomo, 2019).

Entretanto, devido às pressões populacionais e o grande número de demandas por serviços públicos, a efetividade na área pública tem sido um desafio para os Governos (Santos & Hoffmann, 2016). Diante disso, deve-se levar em consideração alguns aspectos: controle dos gastos públicos pelos órgãos de controle internos e externos, melhoria da transparência de informações governamentais e fiscalização através de auditorias das gestões públicas (Araujo et al., 2021).

Desse modo, a identificação dos problemas governamentais de gestão é algo complexo, já que a eficiência do Governo local está relacionada com os recursos financeiros, por conseguinte, para que as demandas dos cidadãos sejam atendidas, os recursos precisam estar alocados, distribuídos e gerenciados de modo adequado (Musgrave & Musgrave, 1980). Sendo

assim, a administração pública, executada de forma íntegra e organizada, é essencial para o pleno funcionamento do Governo e da sociedade (Nakazato et al., 2021).

Desde as últimas duas décadas do Século XX, o mundo passou por mudanças aceleradas devido à quebra de paradigmas, impulsionadas pela quarta revolução tecnológica, agravadas por crises econômico-financeiras, problemas energéticos e os impactos da pandemia da Covid e do conflito na Ucrânia. Essas mudanças tiveram um grande impacto nas economias e na gestão pública da maioria dos países, promovendo profundas transformações na forma como o Estado atua (Matias-Pereira, 2023).

Esse novo contexto social, com a necessidade de modernização e inovação na administração pública, deu origem a um novo modelo de governança, frequentemente, chamado de Governança Pública. Esse conceito está relacionado à transformação na forma como a gestão é conduzida, com ênfase nas interações entre o Estado, o Governo e a sociedade. Isso implica uma atenção especial aos processos de cooperação e interação, bem como aos mecanismos que promovem a colaboração entre os principais atores envolvidos, visando criar um ambiente sustentável para todos (Vicente & Scheffer, 2014).

A governança pública serve, portanto, para maximizar e preservar o valor que o Estado entrega à população, bem como aumentar a eficiência dos serviços e políticas públicas. Logo, a governança está preocupada com a eficiência e a qualidade do processo decisório, compreendendo mecanismos de liderança, estratégia e controle, que quando colocados em prática permitem a avaliação, direcionamento e monitoramento da atuação da gestão pública, com o intuito de promover políticas públicas e fornecer serviços de interesses da população. (TCU, 2020).

Dentre os aspectos citados, manter a saúde financeira do Governo é um importante requisito para o fornecimento adequado e contínuo dos mais diversos serviços públicos, no intuito de satisfazer as necessidades da comunidade e garantir o bem-estar da população. Logo, uma boa condição financeira deve ser o alvo dos governantes, no anseio de prestar serviços essenciais de educação, saúde, segurança, saneamento básico e assistência social, além de atender as necessidades de investimentos em bens de infraestrutura, bem como, honrar as obrigações financeiras de curto prazo e os pagamentos dos serviços da dívida. (Lima & Diniz, 2016).

Gestões públicas ineficientes tendem a gerar problemas na prestação do serviço público, afetando o bem-estar populacional. Nesse sentido, muitos países optam por inovações relevantes com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços públicos e reverter condições financeiras desfavoráveis (Bisogno et al., 2019). No Brasil, concomitante à implantação da

nova gestão pública, por volta de 1995, novos conceitos passaram a ser discutidos pelos gestores do patrimônio público, dentre eles destaca-se os aspectos e práticas relacionados à Governança na Administração Pública, cuja atuação assemelha à governança no setor privado (Nunes et al., 2012).

Na área privada, alguns estudos nacionais relacionam a governança corporativa com o desempenho econômico-financeiro das empresas (Catapan et al., 2013; Lima et al., 2015; Pereira & Martins, 2015; Freitas et al., 2018; Duarte et al., 2021;). Na área pública, pesquisadores verificam a influência das práticas de governança na eficiência da aplicação dos recursos públicos (Santos & Rover, 2019). Estudos internacionais examinam a influência da governança pública na produtividade de empresas privadas (Cheng & Li, 2023), bem como o fato de países com melhor governança pública apresentarem melhores condições ambientais (Cust et al., 2023).

Entende-se, portanto, que a governança pública pode ser essencial para garantir uma gestão financeira adequada nos municípios. Não obstante, quando a governança pública é incipiente, podem ocorrer problemas na condição financeira dos municípios. Por exemplo, a falta de transparência na alocação dos recursos públicos pode levar a desvios e corrupção. Além disso, uma gestão pública ineficiente pode resultar em déficits orçamentários, endividamento excessivo e dificuldades para o fornecimento de serviços públicos essenciais à sociedade.

Diante desta reflexão, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento:
Qual a relação entre a governança e a condição financeira governamental?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre a governança municipal e a condição financeira dos municípios.

1.2.2 Objetivo específicos

- a) Identificar os níveis de governança dos municípios brasileiros;
- b) Avaliar a condição financeira dos municípios brasileiros no período de 2018 a 2023, utilizando o indicador CAPAG, com foco nos componentes de endividamento, poupança corrente e liquidez.

- c) Examinar os efeitos das variáveis de controle, como PIB per capita e população, sobre os indicadores financeiros, a fim de compreender melhor as dinâmicas econômicas e sociais.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Ao longo dos últimos anos a condição financeira governamental tem sido fonte de notícias, com destaque especial para os problemas fiscais, que geram impactos negativos no contexto econômico e social. No ano de 2023, por exemplo, os municípios brasileiros enfrentaram a pior situação fiscal em décadas, registrando um déficit de R\$ 16,2 bilhões. Quase 50% dos municípios apresentaram receitas insuficientes, comprometendo a gestão e a continuidade dos serviços públicos essenciais à população. Esses dados foram revelados na atualização de um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que destacou o agravamento da crise financeira nas prefeituras de todas as regiões do país.

Diante disto, estudos buscam prever e explicar a condição financeira governamental, bem como, analisar os fatores determinantes para uma melhor ou pior condição financeira (Clark, 2015; Araújo et al., 2019; Liou & Wang, 2019; Sacramento et al., 2022; Araújo et al., 2023). Para Garcia-Sanchez (2012), pesquisadores e acadêmicos estão concentrados em analisar a relação entre o desempenho do Governo e diferentes fatores explicativos, levando em consideração o efeito das finanças públicas sobre a quantidade e a qualidade dos serviços públicos fornecidos não apenas no presente, mas também, considerando as gerações futuras.

Ademais, compreender a situação financeira dos Governos é importante para os gestores públicos, uma vez que eles necessitam aliar as receitas arrecadadas com a necessidade de bens e serviços públicos demandadas pela comunidade, mantendo a solvência financeira. No mais, essa responsabilidade torna-se ainda mais crucial quando o ambiente econômico e financeiro, sobre o qual as autoridades locais têm pouco ou nenhum controle, enfrenta desafios (Clark, 2015).

Diante desta necessidade de oferecer bons serviços públicos e atender as necessidades da população é dever do gestor público gerenciar de forma transparente os recursos públicos, prestando contas à sociedade sobre a aplicabilidade destes recursos (Freitas & Silva, 2021). A transparência pública é, portanto, um importante componente da governança eficiente e de instituições de qualidade (Sol, 2013). De modo consequente, a boa governança é fundamental na gestão dos recursos públicos e no desenvolvimento socioeconômico de determinada região.

Kormendi e Meguire (1985) foram pioneiros ao estabelecer uma conexão entre as práticas de governança pública e o crescimento econômico de uma nação. Eles incluíram, em seu conjunto de variáveis, uma medida de liberdades civis e observaram resultados positivos com o crescimento econômico. Desde então, diversos estudos se dedicaram a explorar esse campo (Asatryan & Witte, 2015; Oliveira & Pisa, 2015; Araújo et al., 2019; Sacramento et al., 2022).

Dentro desse escopo, a perspectiva da relação entre o Estado e a sociedade é transformada, uma vez que o Estado não se limita mais a exercer apenas a função de Governo, passando a assumir um papel de governança (Kissler & Heidemann, 2006). Logo, compreender a influência da governança na condição financeira governamental é fundamental. Uma vez que a boa governança tem uma importância fundamental na gestão dos recursos públicos e no desenvolvimento socioeconômico de um país. Além disso, quando praticada de modo eficiente e eficaz, a governança pública pode garantir a sustentabilidade das finanças públicas, promover a transparência, a responsabilidade e a eficiência na alocação dos recursos públicos.

Portanto, mesmo que a discussão sobre o tema da condição financeira esteja ocorrendo em diversas pesquisas (Clark, 2015; Araújo et al., 2019; Liou & Wang, 2019; Sacramento et al., 2022; Araújo et al., 2023), relacionar este tema com a governança pública ainda são incipientes (McDonald, 2018; Cardoso, 2022). Desse modo, faz-se necessário relacionar, de modo empírico, elementos que envolvem a teoria da governança pública, através de indicadores municipais que medem o nível de governança e gestão municipal, com a condição financeira governamental. Espera-se, portanto, que os resultados deste estudo ofereçam *insights* valiosos para formuladores de políticas, administradores municipais e pesquisadores interessados em otimizar a governança em todas as esferas do Governo.

1.4 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Este estudo tem como objetivo contribuir para a literatura sobre a condição financeira governamental, focando especialmente nos fatores organizacionais. Para isso, realiza uma análise teórico-empírica da adoção da governança e seu impacto na condição financeira governamental.

A pesquisa investiga o efeito da governança na condição financeira governamental, utilizando a teoria da governança pública, que aborda a aplicação de práticas de liderança, estratégia e controle no setor público. Ela permite aos gestores avaliarem suas situações e demandas, direcionar suas atuações e monitorar o funcionamento da máquina pública. O

objetivo é verificar se os pressupostos dessa teoria (capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas, responsabilidade e transparência) são compatíveis com a gestão pública dos municípios brasileiros. Por meio dessas análises, buscase gerar informações relevantes que possam orientar estudos futuros sobre a adoção de práticas de governança no setor público.

Sendo assim, a principal contribuição deste estudo para a literatura reside na sua tentativa de estabelecer uma relação empírica entre as medidas de governança pública e o desempenho do Governo, medido pela condição financeira dos municípios brasileiros. No Brasil, o teste desta relação foi feito de forma incipiente por Filho et al. (2020) analisando dados de 669 municípios para o ano de 2015, visto que os estudos da condição financeira focam em fatores financeiros (Vieira, 2019), fatores ambientais (Gorina et al., 2018) e nos fatores sociais (Santos, 2019).

O presente estudo se diferencia das pesquisas anteriores ao incorporar uma variável que mede a governança pública em nível nacional, oferecendo uma perspectiva abrangente sobre como a governança impacta a condição financeira dos municípios. Enquanto muitos estudos focam em aspectos financeiros isolados (Araújo et al., 2019; Souza., 2020) ou em amostras limitadas de municípios (Cichoski et al., 2019; Silva et al., 2021), o presente trabalho permite analisar a relação entre governança e condições financeiras em todos os municípios brasileiros. Esta abordagem não só amplia a compreensão dos efeitos da governança pública sobre a saúde financeira local, mas também, permite testar essa relação de forma sistemática e abrangente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentadas as teorias que dão suporte ao exame empírico analítico quanto a influência da governança na condição financeira governamental.

2.1 TEORIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA

As crises mundiais, em particular nas décadas de 1930 e 1970, trouxeram efeitos devastadores. Para Bernstein (1989), ambos períodos foram marcados por declínios na taxa de crescimento do PIB, taxas de desemprego atingiram níveis sem precedentes e a instabilidade resultante do período de crise foi duradoura, em vez de transitória.

Para enfrentar as crises e lidar com os desafios financeiros resultantes, os Governos tiveram que adotar diferentes estratégias, incluindo políticas de estímulo econômico, cortes de gastos e reformas fiscais. Além disso, essas crises também destacaram a importância da gestão econômica prudente e da diversificação das fontes de receitas para os Governos, a fim de enfrentar melhor os desafios em períodos de instabilidade global.

No entanto, embora os municípios tenham enfrentado problemas fiscais desde a Grande Depressão de 1930, somente no final da década de 1970 é que diversos estudos sobre a condição financeira e a saúde fiscal do Governo foram realizados com o objetivo de melhorar o desempenho, a capacidade de gerenciamento e a responsabilidade das instituições públicas (Liou & Wang, 2019).

A partir de então, o estudo da Condição Financeira progrediu além de ser meramente uma observação e medição de um fenômeno, como a análise de indicadores financeiros. Ele evoluiu para a identificação de diversos atributos dos fenômenos em questão, como a definição de diferentes dimensões da Condição Financeira e seus fatores determinantes. Essa evolução resultou na criação de estruturas conceituais que se tornaram modelos teóricos, com relações de causa e efeito, os quais ocorreram para a explicação e previsão da Condição Financeira de entidades governamentais (Vieira, 2019).

A definição da condição financeira de um Governo é estabelecida pelo *Governmental Accounting Standards Boards* como uma combinação da saúde financeira de um Governo e sua capacidade e disposição para cumprir suas obrigações financeiras e compromissos de fornecer serviços. Para isso, a condição econômica inclui três componentes: posição financeira, capacidade fiscal e capacidade de prestação de serviços (GASB, 2012). Já Wang et al. (2007), define a condição financeira como a habilidade do Governo para fornecer de forma precisa os

serviços atuais e futuros. De acordo com Gorina et al. (2018), a condição financeira é definida como uma posição em um espectro de "bem-estar", frequentemente referida como saúde fiscal.

É perceptível que uma variedade de conceitos busca definir a condição financeira governamental. Talvez, por isso na literatura surgiram várias denominações para esse fenômeno. Cabaleiro et al. (2013) observaram que há uma considerável ambiguidade na terminologia, visto que em muitos casos, autores utilizam os seguintes termos para abordar a mesma temática: saúde fiscal ou financeira, condição fiscal ou financeira, posição financeira e sustentabilidade fiscal ou financeira. Entretanto, existem divergências quanto ao uso preciso desses conceitos.

Conforme afirmado por Lima e Diniz (2016), preservar a estabilidade financeira do Governo é um requisito fundamental para garantir a prestação contínua e adequada de diversos serviços públicos, visando satisfazer as necessidades e promover o bem-estar da população. Portanto, alcançar uma situação financeira sólida deve ser um dos principais objetivos dos governantes, a fim de cumprir suas funções essenciais, como educação, segurança, assistência social, saúde e saneamento básico, além de suprir as demandas de investimentos em infraestrutura.

Baseado na prestação contínua e adequada de uma ampla variedade de serviços públicos, com o intuito de atender às necessidades da população e promover o seu bem-estar, Groves et al. (2003), embasam a condição financeira governamental em quatro dimensões de solvência: solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência de longo prazo e solvência do nível de serviços.

As solvências de caixa, orçamentária e de longo prazo referem-se, respectivamente, aos aspectos financeiros-orçamentários de curtíssimo, curto e longo prazo relacionados à capacidade do ente público em cumprir suas obrigações financeiras. Por outro lado, a solvência do nível de serviços diz respeito à capacidade do Governo em manter a qualidade na prestação dos serviços públicos esperados pela população (Vieira, 2019).

Além disso, de acordo com a tradução feita por Lima e Diniz (2016) do estudo apresentado por Berne e Schramm (1986), ao analisar as definições para a condição financeira, pode-se identificar diversas características, incluindo a dimensão temporal, o ambiente econômico, a multidimensionalidade do conceito, o envolvimento de obrigações financeiras implícitas e explícitas e a mensuração por meio de uma composição de variáveis:

- (i) A dimensão temporal enfatiza que a condição financeira abrange um horizonte de tempo que vai desde o curtíssimo prazo até o longo prazo, abarcando a capacidade de um

Governo gerar recursos para atender demandas imediatas e também garantir recursos e gerenciar gastos a longo prazo.

(ii) O ambiente econômico influencia a condição financeira, uma vez que afeta a disponibilidade de recursos e as necessidades das comunidades, refletidas pelas receitas e gastos, buscando alcançar o equilíbrio financeiro.

(iii) A multidimensionalidade do conceito revela que a condição financeira é um complexo construto, envolvendo diversos interessados (como servidores, bancos e contribuintes) com perspectivas distintas. Por isso, não deve ser mensurada por um único indicador, mas sim por um conjunto de dimensões condensadas em uma medida.

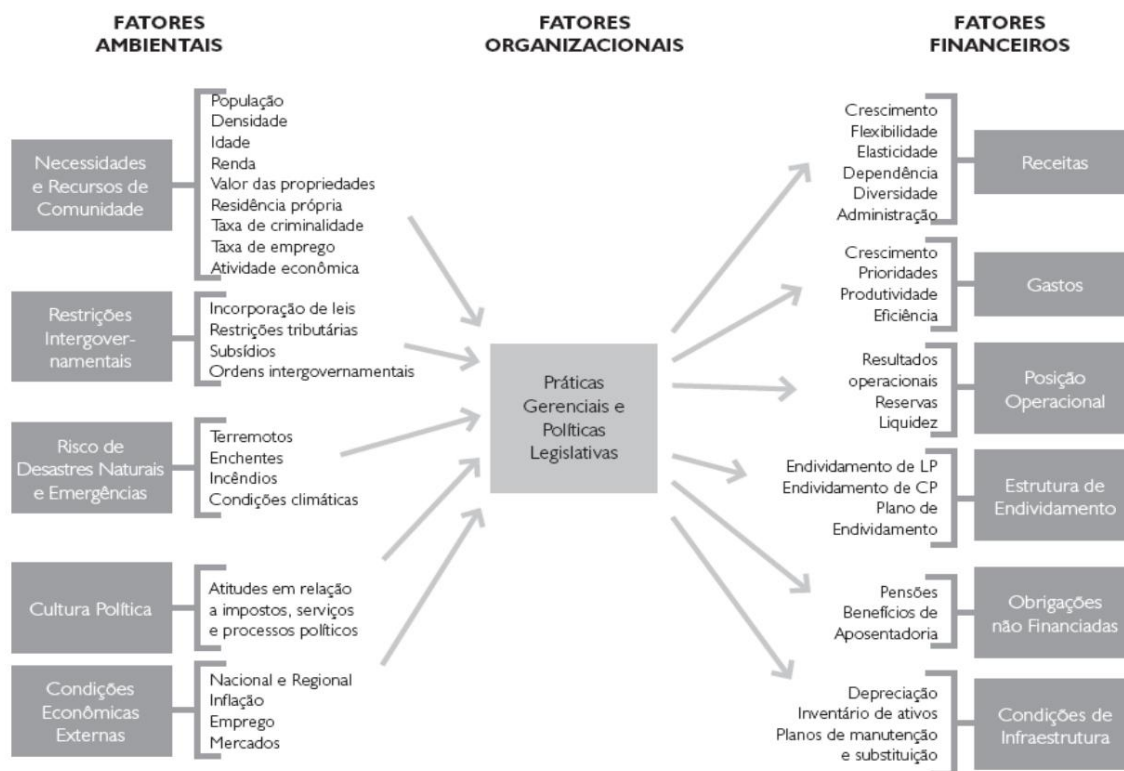
(iv) Os envolvimento de obrigações financeiras implícitas e explícitas destacam a importância de considerar tanto as obrigações explicitamente, que estão refletidas nos fluxos de caixa ou contratos, quanto às obrigações implícitas, que podem incluir demandas não atendidas ou necessidade de investimentos em estruturas precárias.

(v) A mensuração da condição financeira requer uma composição de variáveis, pois não é um indicador unidimensional. Ela abrange diversos aspectos, tanto da boa como da má condição Financeira, para fornecer uma avaliação mais completa e abrangente.

Assim, a situação financeira é impactada por elementos internos à organização e por fatores externos. Esses fatores externos englobam o crescimento e as características socioeconômicas da população, decisões políticas governamentais, evolução nos padrões de emprego, variações na economia em âmbito local, regional e nacional, além de mudanças na estrutura dos setores industriais, comerciais e de serviços, bem como mudanças nas condições do mercado de capitais, entre outros elementos. Todos esses fatores exigem compreensão e integração em um modelo que possibilite mensurar, antecipar e elucidar os desafios financeiros enfrentados pelas entidades governamentais (Lima & Diniz, 2016).

No mais, Carmeli e Cohen (2001), evidenciam que a análise da condição financeira e seus fatores determinantes têm o potencial de aprimorar o processo de tomada de decisão dos gestores públicos e políticos. Dentre os fatores determinantes da condição financeira, alguns pesquisadores apontam a influência de fatores ambientais, organizacionais e financeiros na condição financeira governamental (Groves et al., 2003; Lima & Diniz, 2016; Gorina et al., 2018). A Figura 1 demonstra esses fatores:

Figura 1 - Fatores determinantes da Condição Financeira de acordo com o modelo de Groves et al. (2003)



Fonte: Tradução de Lima e Diniz (2016) do modelo de Groves et al. (2003).

Portanto, observa-se que a condição financeira do Governo é influenciada por uma combinação de fatores internos e externos à organização, cada um com diferentes perspectivas e efeitos, tanto positivos quanto negativos. Esses fatores exercem um papel significativo na saúde financeira das entidades governamentais. Os comandos desses indicadores fornecerão uma visão mais abrangente da condição financeira do Governo, permitindo a avaliação de sua estabilidade, capacidade de enfrentar desafios e eficiência na gestão dos recursos públicos. Essa abordagem holística é crucial para uma avaliação completa e precisa da situação financeira governamental. A seguir, serão apresentados de forma detalhada os indicadores propostos na literatura para mensurar a condição financeira.

2.1.1 Fatores que influenciam a Condição Financeira

Groves et al. (2003) delinearam seu modelo conceitual de monitoramento da condição financeira em três categorias de influências:

- (1) Elementos financeiros, que se traduzem em estatísticas relacionadas a receitas, despesas, desempenho operacional, passivos não financiados de longo prazo, manutenção de ativos e estado das instalações;
- (2) Fatores organizacionais, abrangendo as práticas e políticas do Governo; e
- (3) Fatores ambientais, que se manifestam por meio de características socioeconômicas da comunidade, limitações intergovernamentais no sistema federalista, riscos de desastres, cultura política e economia nacional.

Dessa forma, destaca-se os indicadores indicados na literatura para a avaliação dos três tipos de fatores: (i) financeiros, que representam a base da Situação Financeira e são influenciados pelos demais; (ii) organizacionais, referentes à maneira como as práticas de gestão e políticas governamentais governadas pelas entidades governamentais locais atuam como mediadoras entre os fatores ambientais e os financeiros; e (iii) ambientais, que abrangem os aspectos socioeconômicos e os efeitos resultantes das necessidades e recursos da comunidade, bem como outros elementos, como limitações intergovernamentais e desastres naturais (Vieira, 2019).

(i) Fatores Ambientais

Quando se trata da mensuração da condição financeira, a primeira ideia que vem à mente é a identificação de aspectos financeiros retirados das contabilidades da entidade governamental. No entanto, a literatura tem mostrado que aspectos ambientais e organizacionais também exercem uma influência significativa nesse processo de mensuração. Isso se deve à necessidade de contemplar variáveis que representam a criação de demandas, a geração de recursos e a capacidade dos governantes em desenvolver políticas para se adaptarem ao contexto em que estão operando (Groves et al., 2003).

Desse modo, a condição financeira do Governo não é exclusivamente moldada pela saúde financeira da organização, mas também por variáveis sociais, econômicas e demográficas que impõem restrições sobre os gastos públicos e/ou fornecem uma base para a obtenção de receitas. Estes fatores externos à organização representam os elementos ambientais que influenciam as finanças governamentais em duas maneiras distintas: em primeiro lugar, eles criam demandas, como por exemplo o aumento da população que requer maiores investimentos por parte dos administradores em áreas como segurança pública, educação, saúde, entre outras; em segundo lugar, essas demandas geram recursos, uma vez que o aumento

populacional eleva a procura por serviços, resultando em um aumento na arrecadação de impostos sobre a receita (Lima & Diniz, 2016).

Os desafios fiscais enfrentados pelos Governos locais são, em grande parte, atribuíveis aos fatores ambientais (Lima & Diniz, 2016). Assim, o fator ambiental é identificado como a principal influência externa que impacta a situação financeira dos Governos (Zafra-Gómez et al., 2009). Estes elementos englobam todos os acontecimentos não controláveis pela administração que têm efeitos tanto positivos quanto negativos na saúde financeira (Gorina et al., 2018). No contexto imediato, de acordo com Dennis (2004), os fatores ambientais mais cruciais que afetam os serviços públicos dependem do estado da infraestrutura local, características demográficas específicas, níveis de riqueza e mão de obra local, bem como das políticas governamentais.

É relevante ressaltar que a estabilidade financeira dos Governos também sofre impacto de transformações nas circunstâncias do ambiente, como uma crise no âmbito local ou nacional. Por conseguinte, é de suma importância que os servidores públicos estejam devidamente habilitados profissionalmente para enfrentar tais mudanças, tomando decisões apropriadas no que diz respeito à condução da gestão financeira governamental. Essas escolhas se materializam nos registros financeiros das entidades governamentais locais, tais como a execução dos gastos, a obtenção de receitas, o estabelecimento de taxas, o gerenciamento de endividamentos e a administração dos recursos em caixa (Spren & Cheek, 2015).

Neste contexto, segundo a visão de Clark (1977), parte das complexidades fiscais emergem da incapacidade do Governo de se ajustar ao contexto em que opera, especialmente às condições que permeiam o mercado. Em princípio, nenhum Governo mantém uma situação financeira favorável caso não adote medidas corretivas diante das mudanças nas condições do ambiente. (Lima & Diniz, 2016).

Desse modo, os fatores ambientais desempenham um papel significativo na condição financeira governamental. Eles representam o contexto externo no qual um Governo opera e podem influenciar diretamente nas finanças públicas. As características socioeconômicas da comunidade, como a demografia e a economia local, influenciam a arrecadação de receitas e os gastos públicos, enquanto as restrições intergovernamentais, como transferências de recursos e regulamentações, podem impor limitações específicas. Esses fatores externos desempenham um papel crucial na determinação da capacidade de um Governo local de gestão de suas finanças de forma eficaz e sustentável.

(ii) Fatores Organizacionais

Os fatores organizacionais abrangem práticas de gestão e políticas legislativas previstas pela administração em ocorrências às transformações ocasionadas pelos elementos ambientais. Em teoria, é inviável que qualquer Governo local mantenha uma situação financeira saudável sem adotar respostas adequadas às mudanças nas situações ambientais. Isso pode envolver medidas como redução de serviços, aumento da eficiência ou incremento de impostos. Isso ressalta a necessidade de os gestores públicos estarem cientes dessas mudanças antecipadamente, compreendê-las, entenderem as ações a serem tomadas e estarem dispostos a enfrentá-las (Groves et al., 2003).

Os fatores organizacionais têm a função de intermediar os impactos dos fatores ambientais nos elementos financeiros; ou seja, representam uma resposta adequada do Governo às mudanças do ambiente através da implementação de práticas de gestão e políticas legislativas. Considerando que esses fatores estão sob controle efetivo do Governo, eles são considerados como influências mais cruciais sobre a Condição Financeira. Além disso, não são sugeridos indicadores específicos para os fatores organizacionais. Em vez disso, é recomendando a aplicação de questionários junto às entidades para coleta de informações sobre as práticas e políticas adotadas. Isso, no entanto, introduz uma complexidade de traduzir esses fatores em indicadores mensuráveis (Groves et al., 2003).

Portanto, ao conduzir uma análise da situação financeira do Governo, é aconselhável considerar variáveis e práticas gerenciais vinculadas à organização administrativa do Governo, estrutura tributária, planejamento e monitoramento orçamentário, entre outras. Neste processo, os fatores organizacionais são interpretados como a habilidade dos líderes governamentais para lidar com as transformações causadas pelo ambiente, avaliando se as práticas de gestão e as políticas legislativas permitem que o Governo responda de maneira adequada a essas mudanças (Lima & Diniz, 2016).

Quando se trata de práticas de gestão, Kooij e Groot (2021) afirmam que a compreensão da condição financeira é fundamental para uma boa tomada de decisões, bem como, para o bom funcionamento do Governo local. Sendo assim, o acompanhamento das condições financeiras oferece aos administradores públicos dados significativos, os quais respaldam as suas escolhas relacionadas à oferta de serviços públicos (García-Sánchez et al., 2012, 2014). Portanto, a otimização dos procedimentos decisórios contribuirá para a melhoria da eficiência e eficácia na distribuição de recursos (Grossi et al., 2017), resultando em um aumento do bem-estar e da qualidade de vida da população. No entanto, apesar da relevância, a literatura dá

pouco enfoque para a relação entre a eficiência gerencial e a condição financeira (Cuadrado-Ballesteros et al., 2014).

Portanto, os elementos organizacionais, tais como os recursos humanos e as capacidades que a organização internamente adquiriu ou desenvolveu, são vistos como cruciais para enfrentar as demandas de adaptação às mudanças no ambiente (Brusca et al., 2015; Carmeli, 2007). Assim, é pertinente abordar a questão das práticas de governança nos resultados da condição financeira, com o objetivo de promover a sustentabilidade financeira de curto e longo prazo da instituição governamental.

(iii) Fatores Financeiros

Conforme a perspectiva de Groves et al. (2003), os aspectos financeiros espelham o estado das finanças governamentais relativamente aos seus quatro tipos de solvência: solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência de longo prazo e solvência em relação ao nível de serviços. Por sua vez, os fatores financeiros são os resultados das decisões organizacionais que refletem a condição das finanças internas do Governo (Zafra-Gomes et al., 2009) e, inclusive, representam o resultado dos fatores ambientais e organizacionais (Lima & Diniz, 2016). Logo, os recursos financeiros são condições suficientes para melhores resultados, pois resultam em maiores quantidades de serviço público (Boyne, 2003).

Se as exigências de o ambiente superarem os recursos disponíveis gerados por esse ambiente e se a organização não apresentar medidas para equilibrar as demandas com os recursos à disposição, o aspecto financeiro eventualmente refletirá a insolvência, seja em termos de provisão, orçamento ou a longo prazo (Groves et al., 2003).

Para Vieira (2019), mensurar a Condição Financeira é uma tarefa desafiadora, visto que não é diretamente observável, apesar de a literatura oferecer diversos indicadores que podem ser utilizados nesta mensuração. De maneira geral, de acordo com Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2018), há duas formas de abordar a mensuração da Condição Financeira: utilizar indicadores individualmente em seus estados desagregados, ou criar indicadores agregados combinando diversas situações. Para Rivenbark e Roenigk (2011), a complexidade em analisar a condição financeira consiste nas inúmeras abordagens e modelos encontrados na literatura para avaliar e apresentar a condição financeira do Governo.

Entre os principais modelos de avaliação da condição financeira, conforme Lima e Diniz (2016), destacam-se os trabalhos de Berna; Schramm (1986), Brown (1993), Dennis

(2004), Krishnakumar et al. (2010), Bosques; Valente (2003), Hendrick (2004), Kavanagh (2007), Kloha, Weissert; Kleine (2003), Wang, Dennis e Tu (2007) e STN (2012).

Como dito, diversos estudos apresentam indicadores com o objetivo de avaliar e quantificar a condição financeira, diferenciando-se uns dos outros pela variedade de variáveis financeiras que abarcam e, em alguns casos, por incluírem variáveis ambientais externas à organização (Lima; Diniz, 2016).

Apesar do valor teórico apresentado em todos os modelos econométricos, não existe evidência que favoreça um em detrimento de outro. O que se sugere são estudos empíricos destinados a sensibilizar tanto os usuários quanto os formuladores de políticas públicas sobre possíveis questões fiscais (Kloha, Weissert e Kleine, 2005; Dennis, 2004). Corroborando com esta ideia, Vieira (2019) afirma que a seleção dos indicadores, apesar de necessitar de justificativa, é uma escolha subjetiva que varia conforme o pesquisador, visando escolher o conjunto mais apropriado para a análise em questão.

Assim, antes de adentrar na compreensão dos aspectos teóricos da governança aplicada ao setor público, encerra-se este tópico descrevendo os modelos de avaliação da Condição Financeira, os quais servirão como base para a construção e mensuração da variável dependente neste estudo.

2.1.2 Modelos de avaliação da Condição Financeira

Além da complexidade da análise da condição financeira do ente público, outro aspecto complexo envolve uma ampla variedade de abordagens e modelos apresentados na literatura para a avaliação e comunicação da situação financeira dos Governos (Rivenbark & Roenigk, 2011). Os modelos de avaliação da saúde fiscal têm como objetivo oferecer informações sobre a situação financeira dos Governos, auxiliando os usuários das informações contábeis governamentais na previsão e prevenção de pressão fiscal antes de sua ocorrência. Além disso, esses modelos desempenham um papel importante na academia, facilitando o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo de análise financeira governamental (Lima & Diniz, 2016).

Para conduzir a análise financeira de Governos, é necessário inicialmente identificar os indicadores da condição financeira, coletar os dados relevantes, estimar as mensurações, e em seguida, proceder com as comparações. Uma vez concluída a análise, os resultados podem ser confrontados com o histórico anterior do Governo em questão ou com Governos semelhantes (Berne & Schramm, 1986; Lima & Diniz, 2016). De acordo com Bisogno et al. (2019), pesquisadores têm direcionado seu foco para a avaliação da condição financeira, esforçando-

se para criar indicadores que a representem de forma precisa, e identificando os fatores que contribuem ou prejudicam a sustentabilidade financeira desses Governos.

Uma das principais limitações dos modelos identificadas pelos pesquisadores Berne e Schramm (1986), na década de 80, foi que a maioria dos modelos se concentrava, principalmente, na medição isolada das várias dimensões da condição financeira, sem fornecer um quadro que estabelecesse conexões entre os indicadores de diferentes dimensões. Atualmente, essa questão está sendo abordada por meio da combinação de vários indicadores para criar índices compostos ou um índice global que representa a condição financeira de forma mais abrangente.

Associadas a essa complexidade, várias outras condições se apresentam como limitações para a eficácia dos modelos, tais como: (i) a falta de divulgação de dados pelos Governos em seus relatórios fiscais, demonstrações financeiras e notas explicativas; (ii) restrições de acesso ou até mesmo ausência de informações cruciais, especialmente aquelas relacionadas a variáveis sociais e econômicas, que sejam produzidas ou consolidadas por entidades governamentais; (iii) desafios na quantificação de certos fatores; (iv) inclusão excessiva de variáveis no modelo; (v) a exclusão de variáveis-chave importantes; e (vi) a incorporação de variáveis inadequadas para capturar especificamente o estado da condição financeira (Lima & Diniz, 2016).

Nesse contexto, Groves e Valente (2003) observam que os desafios na mensuração da saúde fiscal variam conforme a definição específica. Se a definição se restringe à solvência de curto prazo e à solvência orçamentária, as dificuldades serão menores, uma vez que os dados necessários estão em grande parte disponíveis nas demonstrações financeiras da entidade. Entretanto, essa abordagem só permite avaliar a saúde financeira a curto prazo. Por outro lado, quando a definição inclui a solvência a longo prazo e a solvência em relação aos serviços prestados, a medida da condição financeira se torna mais precisa e abrangente. No entanto, existirá alguns desafios relacionados à natureza das entidades públicas, à qualidade das análises financeiras municipais e às práticas contábeis supervisionadas pelos Governos locais.

Como discutido, apesar de não haver consenso sobre a metodologia para avaliar a condição financeira governamental, entender a saúde fiscal é essencial para uma boa tomada de decisões e para garantir a eficiência do Governo local (Kooiji & Groot, 2021). Neste contexto, é relevante mencionar a classificação proposta por Ramsey (2013) para distinguir os diferentes tipos de modelos utilizados na mensuração e previsão da Condição Financeira: modelos fechados, modelos abertos e modelos mistos (pseudo abertos).

Os modelos fechados têm como objetivo principal a avaliação da saúde financeira do Governo e a identificação de possíveis dificuldades fiscais. Eles se baseiam exclusivamente em dados financeiros gerados internamente pela organização, concentrando-se, portanto, em indicadores relacionados aos fatores financeiros. Por outro lado, os modelos abertos consideram variáveis exclusivamente ambientais, que são externas à organização. Estes modelos focam na análise desses fatores externos que continuamente influenciam e explicam a saúde fiscal do Governo (Vieira, 2019). Já os modelos mistos, como sugerido por Lima e Diniz (2016), combinam elementos tanto dos modelos fechados quanto dos modelos abertos. Eles incorporam indicadores relacionados aos dados financeiros levam em conta variáveis ambientais que impactam de forma contínua o desempenho financeiro do Governo.

Segundo Lima e Diniz (2016), os principais modelos de avaliação da saúde financeira com abordagem fechada, identificados na literatura, incluem os seguintes: Berne e Schramm (1986), Brown (1993), Alter et al. (1995), CICA (1997), Chaney et al. (2002), Wang et al. (2007) e Sohl et al. (2009). Já os principais modelos abertos encontrados na literatura são: Hendrick (2004), Kavanagh (2007) e Krishnakumar et al. (2010). Por fim, os principais modelos mistos para avaliar a condição financeira são: Hughes e Laverdiere (1986), Campbell (1990), Kleine et al. (2003) e Groves e Valente (2003).

Conforme Vieira (2019), no contexto brasileiro, a única iniciativa desenvolvida para auxiliar na avaliação da condição financeira governamental foi promovida pelo Governo central, não com o objetivo direto de medir a saúde financeira, mas sim de avaliar a capacidade dos Governos de quitar suas dívidas. Esta iniciativa se materializa no modelo da Secretaria do Tesouro Nacional, em colaboração com o Banco Mundial, que foi criado para examinar a Capacidade de Pagamento (CAPAG) e servir como prêmios para a concessão de aval e garantias nos estados, Distrito Federal e municípios.

2.2 GOVERNANÇA PÚBLICA

Alguns estudiosos e profissionais defendem a ideia de que a administração pública pode desempenhar um papel fundamental em um projeto de democratização (Dias & Cario, 2014; Pedersen & Johannsen, 2018). Nesse sentido, paralelamente ao surgimento da Nova Gestão Pública (*New Public Management* - NPM) e outros movimentos de gestão, também emerge um conceito na administração pública chamada de governança pública, que está sujeito a discussões em uma perspectiva multidisciplinar (Dias & Cario, 2014; Lynn e Malinowska, 2018).

Uma vez que o conceito de governança não é definido de maneira uniforme, estudos diferentes podem abranger interpretações variadas quando investigam a mesma questão de pesquisa, conforme observado por Fukuyama (2013). O conceito de governança é polissêmico, abrangente e repleto de ambiguidades (Rose-Ackerman, 2017). Dado que é um conceito que abarca várias correntes teóricas e é polissêmico, as definições que são aplicadas frequentemente variam, tendo em vista que, o termo "governança" incorpora múltiplos significados (Buta & Teixeira, 2020).

A utilização frequente da palavra "governança" propaga-se em diversas áreas do conhecimento, abrangendo a administração pública e políticas públicas, relações internacionais, avaliações de países (boa ou má governança) e no âmbito das corporações (Cantú, 2011). Rhodes (2007) ressalta que a palavra possui diferentes entre os diversos campos, destacando a importância de circunscrever e delimitar a definição de governança à esfera da administração pública.

A origem desse conceito pode ser rastreada até os estudos da teoria da agência, que investigam a separação das funções de propriedade e controle como um meio de aumentar a eficiência das organizações. Anteriormente, essas duas funções incluíam especificações na mesma pessoa, o gerente-proprietário, mas passaram a ser consideradas independentes. Consequentemente, a empresa passou a ser concebida como um conjunto de contratos destinados a coordenar e compartilhar recursos, com o objetivo de criar e distribuir os resultados (Fama, 1980).

Nas últimas três décadas, o campo da administração pública tem amplamente explorado o conceito de governança. Continuando a exploração deste conceito, a governança implica uma transformação do tradicional estado burocrático para um modelo de Governo mais aberto, envolvendo atores externos ou caracterizado por uma estrutura menos centralizada (Rhodes, 1997). Além disso, a governança é vista como um processo participativo de gerenciar questões sociais, econômicas e políticas em nível nacional, estadual ou local, através de estruturas que refletem os valores e a composição da sociedade (Farazmand, 2004). Ela envolve as interações entre o Governo, organizações públicas, setor privado e instituições da sociedade civil, com o objetivo de resolver problemas sociais e criar oportunidades de desenvolvimento (Meuleman, 2008). Em essência, a governança abrange a forma como organizações são administradas, englobando aspectos de gestão, direção e o estabelecimento de procedimentos para a eficaz administração de uma organização. (Stephen, 2010).

Encaminhando a discussão para a amplitude das definições de governança pública por parte de organizações nacionais e internacionais, a Figura 2 apresenta algumas organizações que focaram sua atenção nesse assunto.

Figura 2 - Definições de Governança Pública

Ano	Organização	Definição de Governança Pública
2006	Ocde	A governança pública é definida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que avaliam, direcionam e monitoram a gestão, com o propósito de implementar políticas públicas e fornecer serviços que atendam ao interesse da sociedade.
2011	Tribunal de Contas da União (TCU)	Governança pública é um sistema que estabelece o equilíbrio de poder entre os participantes da administração pública, visando garantir que o bem comum se sobreponha aos interesses individuais. Esse sistema é composto por três mecanismos principais: liderança, estratégia e controle, que são desdobrados em diversas práticas.
2013	<i>World Bank</i>	A governança pública refere-se a forma como o poder é aplicado na gestão dos recursos econômicos e sociais, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento. A governança também envolve as estruturas, funções, processos e práticas organizacionais que garantem que as ações planejadas sejam realizadas de maneira a alcançar seus objetivos e resultados com transparência.

Fonte: Adaptado de Oliveira e Pisa (2015).

Uma compilação realizada, em 2013, pela *International Federation of Accountants* (IFAC) a partir de diversas publicações, chegou à conclusão de que a melhoria da governança pública depende de vários elementos essenciais. Estes elementos incluem: Garantir o comportamento ético, íntegro, responsável, comprometido e transparente por parte da liderança; Combater a corrupção de forma eficaz; Implementar de maneira eficaz um código de conduta e valores éticos; Assegurar a conformidade das organizações com regulamentos, códigos, normas e padrões; Promover a transparência e eficácia na comunicação; Equilibrar interesses e envolver de forma eficaz os stakeholders, incluindo cidadãos, usuários de serviços, acionistas e o setor privado.

Ainda sobre a abrangência da governança, o TCU (2020) afirma que é viável identificar um conjunto amplo de princípios que atuam como valores interligados, orientando a conduta

das entidades públicas na busca pelos resultados desejados. Isso contribui para fortalecer a confiança da sociedade nessas organizações. Esses princípios incluem: capacidade de resposta; integridade; transparência; equidade e participação; *accountability*; confiabilidade; e melhoria regulatória.

Portanto, a Governança no âmbito do setor público engloba uma série de princípios e ações que orientam a gestão na esfera pública da sociedade. Seu propósito não se restringe apenas a melhorar a eficácia e eficiência, mas também abrange a preservação da legalidade e da legitimidade (Vicente & Scheffer, 2014). A partir deste embasamento teórico, é possível evidenciar o quão promissor, porém também repleto de desafios, é o percurso em direção à governança pública (Kissler & Heidemann, 2006).

Sob essa ótica, a gestão governamental emerge como uma ferramenta crucial direcionada para supervisionar a performance e os efeitos do Governo pela população, funcionando como um mecanismo de salvaguarda da comunidade contra gestores públicos negligentes (Cichoski et al., 2019).

2.2.1 Tendências em Avaliação da Governança e Efetividade na Gestão Municipal a nível nacional

No Brasil, os órgãos públicos têm a obrigação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, de prestar contas sobre a utilização de recursos públicos e de aderir ao princípio da publicidade, entre outras responsabilidades. A demanda por maior transparência na esfera pública tem crescido de forma constante nos últimos anos. A transparência é abordada na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 101, de 4 de maio de 2000 (conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e na Lei nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei da Transparência), bem como o acesso à informação é regulamentado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Além das legislações citadas, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou o Referencial Básico de Governança (RBG), estabelecendo diretrizes de gestão que são aplicáveis a órgãos e entidades da administração pública.

Dado o exposto, é fundamental e indispensável que a sociedade tenha acesso à informação pública, a fim de exercer o controle sobre as atividades do Governo. Com o avanço da Internet, a capacidade de divulgar informações aumentou significativamente, fazendo com que um número crescente de pessoas fiscalizasse as ações governamentais. Através da transparência, a prestação de contas pode ser estabelecida por meio de divulgação oportuna e clara de resultados da gestão pública, bem como suas implicações para a sociedade. Essas

informações devem ser acessíveis ao público e disponibilizadas por meio de canais de comunicação práticos, com ênfase na internet. Mecanismos de transparência, como a Lei de Acesso à Informação, têm como objetivo garantir o direito fundamental de acesso à informação, contribuindo para a supervisão e controle das ações administrativas e do comportamento dos funcionários públicos (Oliveira et al., 2020).

Na realidade, ainda faltam ferramentas de avaliação que apresentem de maneira sistemática e oportuna a eficácia das ações governamentais, fundamentadas nos princípios da governança pública aplicados à implementação de políticas de Estado. É relevante destacar que várias organizações internacionais têm elaborado indicadores e divulgado estudos sobre a avaliação da governança, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o *International Country Risk Guide* (Oliveira & Pisa, 2015).

Rodrigues e Rodrigues (2020) argumentam que a gestão estatal ainda carece de investigação no contexto do país, especialmente, devido aos desafios em mensurá-la. Diante dessa realidade, o Conselho Federal de Administração introduziu, em novembro de 2016, o Índice CFA de Governança Municipal (Cichoski et al., 2019), o qual será adotado neste estudo como um indicador representativo da governança pública em nível municipal.

(i) IGM - Índice CFA de Governança Municipal

O Índice de Governança Municipal (IGM) foi concebido com o intuito de estimular discussões sobre a relevância da gestão na promoção do desenvolvimento local. Ele oferece uma visão sobre como os municípios utilizam seus recursos públicos através de uma gestão eficiente, visando gerar valor público para seus cidadãos.

O IGM/CFA é uma ferramenta que avalia a governança pública em municípios brasileiros, sendo composto por três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho. A dimensão Finanças é composta por indicadores que avaliam a gestão fiscal do município, bem como os investimentos em saúde e educação. A dimensão Gestão inclui indicadores que mensuram as práticas administrativas adotadas pelo município. Já a dimensão Desempenho busca analisar o impacto das políticas públicas sobre os cidadãos locais.

O Índice de Governança Municipal (IGM) foi desenvolvido a partir de diversas fontes de dados secundários de bases oficiais, como MUNIC, PNUD, Datasus, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Firjan, Ipea, entre outros. Esses dados foram correlacionados e agregados em 13 indicadores e 29 variáveis finais (CFA, 2021).

Os dados utilizados para calcular o índice foram compilados a partir de índices nacionais e internacionais que abordam o desempenho e a governança no âmbito público (Albuquerque et al., 2017). Assim, chegou-se aos seguintes indicadores:

Figura 3 - Estrutura do IGM - CFA

Dimensão	Indicador	Variável	Objetivo de mensuração a variável	
Finanças	Fiscal	Equilíbrio Previdenciário	Avalia a capacidade do município de sustentar sua estrutura administrativa com recursos próprios	
		Investimentos	Mede a capacidade de investir do município	
		Liquidez	Mede a capacidade de pagamento das obrigações do município	
		Gasto com pessoal	Mensura o nível de gastos com pessoal do município	
	Investimento per capita	Gastos <i>per capita</i> em saúde	Medir o grau de investimento do Governo na saúde pública.	
		Gastos <i>per capita</i> em educação	Medir o grau de investimento do Governo na educação.	
	Custo do Legislativo	Gasto <i>per capita</i> do legislativo	Mede o gasto do município com o legislativo	
	Equilíbrio Previdenciário	Indicador da Situação previdenciária	Mede a adequação e sustentabilidade financeira do Sistema de previdência municipal	
	Gestão	Planejamento	Planejamento da despesa	Mensura a adequação do planejamento de despesas do município
			Captação de recursos	Avalia a capacidade de captação de recursos do município
Lei geral MPE			Mede a implementação da Lei geral de incentivo a MPes nos municípios	
Colaboradores		Servidores <i>per capita</i>	Verificar a proporção de servidores da administração pública direta e indireta na população do município.	
		Comissionados	Verificar a proporção de comissionados no total de servidores (administração direta e indireta)	
Transparência		Disponibilidade das Informações	Verifica o nível de informações prestadas nas bases de dados federais	
		CAUC	Analisa a regularidade do município com o CAUC	
		Transparência	Mede o nível de cumprimento dos municípios com relação às leis referentes à transparência no Brasil.	

Desempenho	Saúde	Mortalidade infantil	Número de crianças que não sobreviveram ao primeiro ano de vida
		Cobertura da Atenção básica	Mede a cobertura da população atendida pela Atenção Básica
		Cobertura vacinal	Avalia a capacidade de realizar campanhas de vacinação pelo município
	Educação	Abandono escolar	Indica o % de alunos que deixam de frequentar a escola
		IDEB 5º ano	Mede a qualidade e aprendizado do ensino fundamental dos anos iniciais (1º ao 5º ano)
		IDEB 9º ano	Mede a qualidade e aprendizado do ensino fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano)
		Taxa de distorção idade-série	Mede o aprendizado dos alunos da rede municipal
		Cobertura Creche	Avalia a cobertura de creche em relação às crianças de 0 a 3 anos
	Segurança	Taxa de Homicídios	Mensura o número de homicídios ocorridos no município a cada 100 mil habitantes
		Mortes no Trânsito	Mensura o número de mortes no trânsito ocorridas no município a cada 100 mil habitantes
	Saneamento e Meio Ambiente	Acesso à água	Avalia a população com acesso à água
		Acesso a coleta de esgoto	Avalia a população com acesso à esgoto
		Tratamento de esgoto	Avalia a quantidade do esgoto tratado em relação à água consumida pelo município
	Vulnerabilidade Social	Vulnerabilidade social	Avalia o % da população em situação de vulnerabilidade econômica considerando pobreza e extrema pobreza

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do CFA (2019).

O Índice CFA de Governança Municipal oferece aos administradores públicos uma ferramenta para avaliar a gestão pública, baseando-se na análise de dimensões financeiras, de gestão e de desempenho. Assim, proporciona um panorama resumido da governança municipal (Silva et al., 2021).

Essa nova abordagem de cálculo abriu caminho para diversos estudos sobre a governança municipal. No entanto, a maioria desses estudos se concentra em explorar as

relações entre o IGM-CFA e as dimensões que o compõem. (Cichoski et al., 2019; Silva, et al., 2019; Silva et al., 2020; Rosa et al., 2021).

A escolha para o Índice CFA de Governança Municipal, como proxy para a governança municipal no presente estudo, é justificada pelo fato do IGM sobressair e se distinguir de todos os outros índices anteriormente empregados no contexto brasileiro para avaliação do desempenho municipal. Isso se deve ao fato de que ele engloba uma perspectiva mais abrangente das dimensões do desempenho, destacando especialmente a interligação entre as dimensões de finanças, de gestão e de desempenho (Albuquerque et al., 2017).

A metodologia de cálculo do Índice de Governança Municipal (IGM/CFA) envolve a avaliação de três questões principais: Finanças, Gestão e Desempenho. Cada uma dessas dimensões é composta por diversos indicadores que refletem aspectos críticos da administração municipal. O cálculo do IGM é feito a partir da média ponderada dos indicadores de cada dimensão, levando em consideração a relevância de cada um para a governança pública. As notas de 0 a 10 e são atribuídas de acordo com o desempenho dos municípios em relação aos seus pares.

No presente trabalho, optou-se por trabalhar exclusivamente com o indicador de gestão do IGM/CFA para evitar a endogeneidade associada ao indicador de finanças e porque o indicador de desempenho avalia apenas o resultado, sem considerar o processo de gestão subjacente. A escolha da dimensão de gestão foi fundamentada na necessidade de analisar diretamente os processos administrativos e operacionais, em vez de apenas os resultados.

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

A avaliação da condição financeira é uma prática essencial não apenas dentro do âmbito da contabilidade, mas também em diversas outras áreas, tais como ciência política, sociologia, economia e administração pública. A análise das finanças públicas não se limita apenas ao contexto contábil, mas desempenha um papel crucial na compreensão das dinâmicas políticas, sociais, econômicas e na gestão eficaz dos recursos públicos. Em cada uma dessas áreas, a condição financeira é investigada e aplicada de maneiras diversas, oferecendo *insights* valiosos sobre as estruturas sociais, processos políticos, desempenho econômico e eficácia administrativa.

Para sustentar este estudo, estão listadas, na Figura 4, uma série de pesquisas conduzidas sobre a condição financeira, levando em consideração aspectos como transparência, impacto das políticas, regulamentações e práticas fiscais.

Figura 4 - Estudos relacionados sobre a condição financeira

AUTORES	OBJETIVO DO ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Clark (2015)	Expandir a literatura sobre medição da condição financeira dos Governos locais, testando a validade e confiabilidade do Índice de Condição Financeira (FCI).	Os resultados lançam sérias dúvidas sobre a aplicabilidade da utilização do FCI, e das quatro dimensões de solvência associadas, como uma metodologia apropriada para avaliar a situação financeira do Governo local.
Araújo et al. (2019)	Verificar de que maneira os indicadores da condição financeira influenciam a concessão de subvenções governamentais pelos estados brasileiros em um ambiente de crise econômica.	A variável PCX (representativa de solvência de caixa) não apresentou relação significativa com a variável dependente (SUBG), bem como as variáveis LQC, POP e OLP mostrou uma relação indireta (negativa) com as subvenções. Por outro lado, verificou-se que quanto maior/melhor LQI, SDPC e TPC os estados possuem maior/melhor será a capacidade destes em concederem subvenções.
Gonçalves & Caldas (2019)	Analisar a condição financeira dos municípios brasileiros e investigar quais os fatores que a determinam.	A capacidade de arrecadação própria, a variação do PIB e a gestão fiscal influenciam a condição financeira municipal de forma positiva
Liou & Wang (2019)	Examina as reformas de redução nos Governos municipais dos EUA para compreender a influência dos valores gerenciais e das condições financeiras na implementação de estratégias de redução	O estudo confirma os valores de gestão, medidos como as suas atitudes inovadoras e preocupações éticas, afetam os fatores de redução das mudanças estruturais. As condições financeiras, incluindo excedentes orçamentais e défices de fundos, não estão relacionadas com estratégias de redução.
Nobre, Diniz & Araújo (2019)	Verificar a relação entre a condição financeira e o nível de transparência fiscal municipal.	À medida que a condição financeira melhora, a transparência na divulgação de informações aumenta.
Santos (2019)	Verificar a relação entre o perfil socioeconômico da população e a condição financeira governamental dos estados brasileiros.	Os resultados indicam que o perfil socioeconômico da população tem um impacto positivo na condição financeira dos estados brasileiros.
Vieira (2019)	Analisar os efeitos das Instituições Fiscais sobre a Condição Financeira dos estados brasileiros, segundo as dimensões temporais de curtíssimo, curto e longo prazos.	A respeito da Redistribuição das Receitas pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) apurou-se efeito positivo na Condição Financeira de curto prazo em termos de Solvência Orçamentária, equacionando os desequilíbrios verticais e horizontais financeiros dos estados.
Souza (2020)	Analisar a influência da condição financeira governamental (CFG) sobre os gastos com investimento público nos maiores municípios brasileiros.	Os resultados do primeiro modelo indicaram uma tendência de maior gasto com investimentos públicos por municípios com melhor CFG quando comparados com municípios que apresentaram indícios de deterioração deste índice. Entretanto, não se constatou significância estatística nesta relação.
Sacramento et al. (2022)	Caracterizar a condição financeira dos municípios das Regiões Metropolitanas de Florianópolis e de Salvador no primeiro ano da pandemia da Covid-19.	Os resultados apontaram os municípios que se encontram em melhores condições financeiras (Garopaba, Santo Amaro, Tijucas e Mata de São João).

Araújo et al. (2023)	Analisar a relação entre as medidas subjetivas e objetivas da condição financeira governamental dos municípios do Estado da Paraíba.	Os principais resultados apontam que o gestor consegue ter uma percepção adequada de sua condição financeira a curto prazo (liquidez e endividamento), mas que diante de aspectos de longo prazo (solvência e investimentos), não consegue ter uma leitura adequada, assim como não consegue avaliar corretamente de forma genérica sua condição.
Ferreira et al. (2024)	Identificação de fatores explicativos da condição financeira dos pequenos municípios de Minas Gerais.	Gastos com Pessoal se relaciona positivamente e Grau de endividamento negativamente com a condição financeira governamental. Assim, os resultados revelam a existência de fatores financeiros relacionados à solvência orçamentária e à solvência de longo prazo que impactam na condição financeira de pequenos municípios.

Fonte: Elaboração própria.

Sobre as variáveis de controle, trabalhos utilizam local, população, emprego, renda, inflação, receitas, despesas (Groves et al., 1981), solvência de caixa, solvência orçamentária, PIB, localização geográfica, atividade econômica (Rodrigues, 2023), tamanho da população (Gonçalves & Caldas, 2019; Araújo et al., 2023), dentre outras. No presente trabalho, as variáveis de controle utilizadas, com base em trabalhos relacionados, serão PIB *per capita*, população e região (Groves et al., 1981; Gonçalves & Caldas, 2019; Araújo et al., 2019; Araújo et al., 2023; Rodrigues, 2023).

Como visto, estudos relacionados sobre a condição financeira têm estabelecido uma base sólida para compreender os diversos aspectos que influenciam a saúde financeira de entidades públicas. Esses estudos, frequentemente, destacam a importância de fatores como transparência, eficiência operacional e responsabilidade fiscal na determinação da condição financeira.

De acordo com Lynn e Malinowska (2018), os Governos contam com uma variedade de novas ferramentas e mecanismos para permitir a ação coletiva em nome dos objetivos sociais e dos interesses comunitários. E um desses mecanismos é a governança pública. Não obstante, recentemente, alguns pesquisadores têm se voltado para a interseção entre os índices de gestão (Cardoso, 2022), e os seus respectivos reflexos positivos na eficiência da área pública.

No estudo de Cardoso (2022), os resultados indicaram que municípios com uma condição financeira sólida têm uma probabilidade aumentada de reeleição do prefeito, confirmando que uma melhor situação financeira eleva as chances de recondução. Em contraste, uma condição financeira frágil diminui a probabilidade de reeleição, validando que uma situação financeira mais fraca reduz as chances de permanência do prefeito. Esses resultados enriquecem a literatura ao demonstrar o impacto da saúde financeira governamental no ambiente político e nas decisões políticas subsequentes. Além disso, ressaltam a importância

da transparência e da necessidade de ações preventivas e estratégicas para melhorar a solvência financeira dos municípios, utilizando critérios técnicos e científicos.

Para contribuir com a gestão dos Governos locais e enriquecer a literatura acadêmica, McDonald (2018) examina os sistemas de medição da condição financeira presentes na literatura e analisa suas implicações para a governança. No estudo são exploradas as consequências para a governança e a administração dos Governos locais nos Estados Unidos ao utilizar três métodos de mensuração e avaliação da saúde financeira: a análise de indicadores (*ratio analysis*), o teste dos 10 pontos de Brown (1993) e o teste de solvência desenvolvido por Wang, Dennis e Tu (2007). Os resultados mostraram que cada abordagem possui seus pontos fortes e fracos, mas cada uma também atende melhor a um público específico para o qual a análise é mais apropriada.

Dentro desse contexto, no presente trabalho o índice IGM-CFA será utilizado como proxy para mensuração da governança municipal. Nesse sentido, a Figura 5 apresenta alguns estudos que usaram o respectivo índice.

Figura 5 - Estudos relacionados sobre o IGM-CFA

AUTORES	OBJETIVOS DO ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Cichoski, Sehn, Mello (2019)	Examinar como o Índice de Governança Municipal, divulgado pelo Conselho Federal de Administração, impacta as práticas de governança eletrônica implementadas pelos municípios do oeste paranaense.	Os resultados indicaram que ao examinar individualmente os três índices que compõem o IGM, observou-se que tanto o índice fiscal quanto o índice de desempenho não exerceram influência sobre a governança eletrônica. No entanto, o índice de gestão apresentou uma influência positiva e significativa sobre a governança eletrônica dos municípios
Silva, Nascimento, Silva, Siqueira (2019)	Analisar os fatores que influenciam a transparência nos municípios brasileiros, utilizando o Índice Nacional de Transparência como uma medida representativa. Para isso, foram escolhidas variáveis que compõem o Índice CFA de Governança Municipal (IGM)	Identificou-se que maiores municípios tendem a serem mais transparentes. Além disso, a localização dos municípios nas regiões brasileiras, o nível de desenvolvimento humano (IDHM) e a qualidade da gestão fiscal (IFGF) também influenciam na transparência dos municípios brasileiros.
Rosa, Martins, Lunkes, Vieira (2020)	Examinar como a transparência pública influencia a relação entre gestão fiscal e desempenho municipal. Para isso, utilizou-se os dados sobre governança pública com base no IGM-CFA.	Os resultados indicam que a estabilidade na gestão fiscal tem um efeito benéfico no desempenho dos municípios. Além disso, observa-se que a transparência pública exerce uma influência positiva na ligação entre gestão fiscal e desempenho municipal.
Silva, Souza, Martins, Câmara (2020)	O propósito desta pesquisa é examinar, entre diversos elementos, quais são os determinantes da gestão financeira destacados pelo Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) em municípios do Brasil.	Os resultados obtidos demonstraram que as variáveis: Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i> de 2013, Índice de Governança Municipal (IGM) de 2016 e a localização dos municípios nas diferentes regiões do Brasil apresentaram significância estatística na explicação da gestão fiscal nos municípios brasileiros.

Silva, Pinto, Cruz (2021)	Investigar quais elementos entre as variáveis presentes no IGM-CFA são determinantes para a eficácia da governança nos municípios do Estado de Alagoas, conforme evidenciado pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL).	Verificou-se que, embora algumas variáveis do IGM (Atendimento à Lei Geral e Irregularidade CAUC) possam contribuir para explicar a eficácia mensurada pelo IEGM, as duas plataformas revelam resultados diferenciados para as áreas de desempenho governamental em questão.
Guimarães, Soares, Souza (2022)	Examinar como a formação educacional e a trajetória profissional dos prefeitos do Brasil impactam o Índice de Governança Municipal (IGM-CFA), considerando os princípios da Teoria do Capital Humano.	Os achados apontam que tanto a formação educacional quanto a experiência dos prefeitos exercem uma influência positiva e significativa sobre o IGM-CFA.

Fonte: Elaboração Própria.

Algumas variáveis nos estudos mencionados estão associadas a um ou mais indicadores utilizados para calcular os índices deste estudo. Assim, destaca-se a importância de novas pesquisas que incorporem índices diretamente relacionados à governança pública municipal em comparação com a condição financeira governamental. Nesse contexto, este estudo procura preencher essa lacuna e contribuir para a ampliação do entendimento nessa área.

Além dos estudos citados, Santos & Rover (2019), analisaram o impacto das práticas de governança pública na eficácia da alocação de recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros, adotando a abordagem da nova governança pública (*New Public Governance - NPG*). Os resultados sugerem que as práticas de governança pública têm impacto na eficiência da alocação de recursos públicos para a educação e saúde nos municípios do Brasil.

No entanto, os cidadãos questionam a eficácia do Governo em várias frentes, inclusive, na provisão eficiente de serviços públicos essenciais como saúde e educação (Matias-Pereira, 2022). Logo, questiona-se a condição financeira governamental, já que ela inclui a capacidade do ente federativo de fornecer bens e serviços públicos demandados pela sociedade em níveis e qualidades desejadas. Em contrapartida, a adoção de práticas de governança pelo Estado é crucial para reconquistar a confiança dos cidadãos e melhorar a qualidade dos bens e serviços públicos.

Um estudo internacional, ao analisar o Índice de Competitividade Provincial (PCI) como um indicador representativo da governança pública provincial no Vietnã, evidenciou a relevância da governança pública. O estudo concluiu que a governança eficaz, caracterizada por diversos atributos, como menor carga de encargos informais, maior transparência e

políticas imparciais, desempenha um papel crucial na potencialização do impacto das despesas governamentais e no crescimento econômico das províncias vietnamitas. Esse efeito é especialmente observado por meio das interações com o setor privado e o investimento. (Dinh et al, 2020)

No contexto suíço, é evidenciado que a eficácia da governança local está relacionada à presença de uma autonomia local adequada e à implementação de mecanismos planejados de cooperação e consulta entre os diferentes níveis governamentais (Debela, 2020). De forma análoga, os estados brasileiros que adotam melhores práticas de governança demonstram maior eficácia na gestão dos recursos públicos (Beuren et al., 2013).

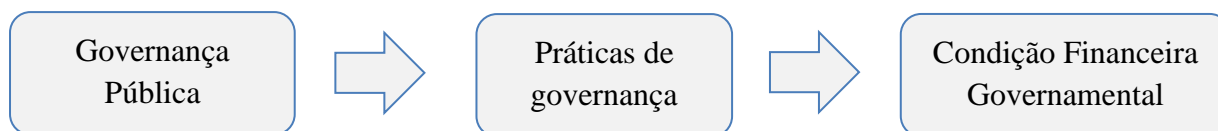
Pesquisas anteriores no país abordaram aspectos da condição financeira, concentrando-se em fatores financeiros, ambientais e sociais (Santos, 2022; Santos, 2022; Vieira, 2019; Santos, 2019). Outros trabalhos, relacionaram índices de governança com análises direcionadas para regiões específicas (Cichoski et al, 2019). Neste trabalho, pretende-se explicar fatores organizacionais que influenciam a condição financeira, representado pela governança pública municipal.

2.3.1 Desenho Teórico e Hipóteses de pesquisa

Conforme o exposto, a governança pública é essencial na eficácia da alocação dos recursos, proporcionando uma boa qualidade dos bens e serviços públicos. Além disso, na gestão financeira dos municípios, pois traz mais transparência e eficiência, tornando os serviços governamentais mais econômicos e benéficos para os cidadãos.

Com práticas de governança, é possível avaliar, dirigir e monitorar as atividades do Estado de forma mais eficaz, o que permite fazer mais com menos recursos. Isso tem um impacto direto na condição financeira dos municípios, pois uma boa governança pode levar a uma melhor alocação de recursos e a um desenvolvimento sustentável, conforme preceitua os conceitos de Governança Pública. Desse modo, esta pesquisa é desenhada conforme a Figura a seguir:

Figura 6 - Desenho teórico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

Assim, o presente trabalho parte da premissa de que a governança pública por parte dos municípios (mensurada através de índices de governança), pode influenciar na condição financeira governamental, de modo que quando os municípios apresentam piores índices de governança (IGM) tendem a enfrentar uma condição financeira desfavorável, já quando os índices são favoráveis, os municípios tendem a apresentar uma melhor condição financeira governamental.

Para Ribeiro et al. (2020), as instituições públicas estão cada vez mais empenhadas em aprimorar a eficiência na administração dos recursos sob sua responsabilidade, adotando práticas de governança pública para promover economia e sustentabilidade no uso desses recursos. Nesse sentido, espera-se que os municípios com maiores índices de governança e gestão apresentem condições favoráveis em termos de condição financeira governamental.

Em seu estudo, que abordou a análise do desenvolvimento das organizações públicas a partir da governança, Olave et al. (2017), através dos resultados evidenciaram a eficácia da governança na promoção de oportunidades de negócios para diversas instituições. Na área privada, um banco obteve sucesso na aquisição de clientes e no desenvolvimento de novas linhas de financiamento; uma instituição de pesquisa rural experimentou avanços no desenvolvimento de suas pesquisas e, por fim, uma empresa de energia registrou progressos na criação de novas oportunidades comerciais e na sua atuação em um novo mercado. Já na área pública, uma universidade federal viu-se beneficiada com a formação de grupos de pesquisa, a atração de novos pesquisadores e a condução de estudos e investigações.

Desse modo, considerando que a Administração Pública, como a estrutura executiva do Estado, tem o dever de implementar Políticas Públicas Sociais com eficiência e qualidade, e que tais políticas devem ser realizadas sob a perspectiva da Transparência, Legalidade, Economicidade, Celeridade, entre outros aspectos, então, a aplicação das normas de governança pública se revelará apropriada na obtenção de resultados positivos e, especialmente, sustentáveis, duradouros e equilibrados (Souza & Souza, 2019). Dentro desses resultados positivos, podem estar presentes condições favoráveis em termos de condição financeira governamental.

Um estudo nacional, cujo objetivo foi investigar as diversas maneiras pelas quais a governança pode oferecer contribuições distintas para a gestão em organizações distintas, identificou que os benefícios da governança para as organizações participantes foram claramente demonstrados de diversas maneiras, embora de forma distinta em cada uma delas.

O impacto mais notável foi observado na otimização da gestão dessas organizações através da governança (Olave et al., 2017).

Sendo assim, aliado às práticas de governança, destaca-se a importância da incrementação das práticas de gestão. Segundo Guimarães e Oliveira (2019), a crescente necessidade de aumentar a transparência na gestão dos recursos públicos para promover sua utilização eficaz resultou em um significativo aumento na variedade de instrumentos de controle das atividades da administração pública. Destacam-se, entre esses instrumentos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, os Tribunais de Contas dos Municípios e o próprio Ministério Público, que tem desempenhado um papel ativo nos municípios nos últimos anos. Todas essas mudanças têm tornado a administração pública mais complexa e, conseqüentemente, o processo de gestão municipal, exigindo maior conhecimento, competências e habilidades. Com as novas responsabilidades e atribuições específicas assumidas, tanto as demandas por profissionalização na gestão municipal quanto a necessidade de estabelecer controles democráticos e populares da ação pública têm aumentado.

Ainda relacionado às práticas de governança e gestão, estudos internacionais constataram que o desenvolvimento local é o produto da interseção entre governança e gestão pública, emergindo de uma construção estrutural das relações, serviços, políticas, poderes e vida cotidiana (Sant'Anna & Marchi, 2020). Por sua vez, o desenvolvimento local está intrinsecamente ligado à condição financeira governamental, pois a capacidade financeira do Governo afeta diretamente sua capacidade de investir em programas e projetos que impulsionam o desenvolvimento local.

Santos e Rover (2019) examinaram o impacto das práticas de governança pública na eficácia da alocação de recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros, utilizando a abordagem da nova governança pública (NPG). Em síntese, os resultados indicam que as práticas de governança pública exercem influência sobre a eficácia na alocação de recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros.

A eficácia na alocação de recursos públicos está diretamente relacionada à condição financeira governamental. Quando um Governo possui uma condição financeira sólida, pode investir mais recursos em áreas como saúde, educação, infraestrutura e programas sociais, o que pode aumentar a eficácia na alocação desses recursos. Por outro lado, se a condição financeira do Governo for frágil, os recursos disponíveis podem ser limitados, o que pode resultar em uma alocação menos eficaz e em um impacto reduzido nos serviços e programas públicos.

No estudo, a governança será medida pelo IGM-CFA e a condição financeira será avaliada pela nota CAPAG, que é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez relativa. Quanto menores os valores desses indicadores, melhor será a nota CAPAG do município, refletindo uma condição financeira mais favorável. Com base nisso, foram formuladas as seguintes hipóteses de pesquisa:

H₁: *Existe uma associação significativa entre o índice de governança e o indicador de endividamento dos municípios brasileiros.*

H₂: *Existe uma associação significativa entre o índice de governança e o indicador de poupança corrente dos municípios brasileiros.*

H₃: *Existe uma associação significativa entre o índice de governança e o indicador de liquidez relativa dos municípios brasileiros.*

Em resumo, com base em estudos anteriores, e de acordo com os pressupostos da governança e a teoria da condição financeira, o presente trabalho busca sustentar as hipóteses H₁, H₂ e H₃. Partindo do pressuposto, de que melhores indicadores de governança e gestão podem proporcionar uma condição financeira governamental saudável e, conseqüentemente, melhores resultados em termos de bem-estar e desenvolvimento social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 AMOSTRA E COLETA DOS DADOS

A pesquisa abrange todos os 5.570 municípios do Brasil, e a base de dados abrange o período de 2018 a 2023. A seleção do período é justificada pela disponibilidade de dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para a variável dependente. A STN, responsável por avaliar a capacidade de pagamento dos Governos no Brasil, ofereceu informações importantes que permitem analisar a situação financeira dos municípios a partir de 2018. Além disso, é possível obter uma perspectiva histórica recente que permite entender as tendências ao longo do tempo.

As variáveis Indicador de Endividamento, Poupança Corrente e Liquidez totalizaram, respectivamente, 31.130, 32.025, e 27.303 observações. Isso porque na coleta de dados, constatou-se a ausência de relatórios financeiros ou à inconsistência nos registros públicos disponibilizados pelos municípios, que resultaram em uma redução no número total de observações analisadas (conforme apresentado na Tabela 1 – Estatística Descritiva).

As variáveis do modelo econométrico foram coletadas manualmente a partir de fontes específicas: a variável CAPAG (Capacidade de Pagamento dos Estados e Municípios) obtida da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); a variável IGM (Índice de Governança Municipal) obtida através do site do Conselho Federal de Administração (CFA); já as variáveis PIB per capita (Produto Interno Bruto per capita) e População foram coletadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As fontes utilizadas garantem a precisão e a confiabilidade dos dados no modelo econométrico.

3.2 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS DA PESQUISA

Neste tópico será definida a operacionalização das variáveis que compõem a condição financeira governamental e o índice de governança.

3.2.1 Variável dependente – Condição Financeira

Levando em consideração as diversas abordagens para definição e mensuração da condição financeira dos Governos, o estudo utilizou indicadores consolidados na literatura representativos das solvências financeiras. Na presente pesquisa, para mensurar a condição

financeira dos municípios brasileiros, será adotada a nota individual dos indicadores que compõem a CAPAG: endividamento, poupança corrente e liquidez.

A análise da capacidade de pagamento (CAPAG) é um instrumento utilizado para avaliar a situação fiscal dos Entes Subnacionais (Estados e Municípios) que desejam contrair novos empréstimos com garantia da União. O objetivo da CAPAG é fornecer uma avaliação simples e transparente sobre se um novo endividamento representa um risco de crédito para o Tesouro Nacional. A metodologia para o cálculo da CAPAG foi estabelecida pela Portaria Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017. Esse modelo é aplicado para determinar a Capacidade de Pagamento (CAPAG) de estados, do Distrito Federal ou municípios que buscam garantias ou aval da União em operações de crédito (Brasil, 2017).

A preferência por este modelo é devido à sua concepção conforme a realidade fiscal do Brasil, o que facilita sua aplicação. Além disso, ele é relevante por refletir a condição fiscal da entidade para a aprovação de operações de crédito, que são dívidas de longo prazo assumidas para corrigir desequilíbrios orçamentários ou para financiar projetos e serviços públicos (Brasil, 1964; Lima & Diniz, 2016; Vieira, 2019; Gurgel, 2022).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tem a função de calcular a classificação da Capacidade de Pagamento (CAPAG) dos entes federativos brasileiros. Esse cálculo é feito a partir da avaliação detalhada de três importantes indicadores econômico-financeiros: o nível de endividamento, a poupança corrente e a liquidez. Esses indicadores são formados a partir de dados extraídos dos Balanços Consolidados, das Contas Anuais e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo, referentes ao terceiro quadrimestre do ano fiscal. Alternativamente, pode-se utilizar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do sexto bimestre como fonte de dados. Todos esses dados são coletados do sistema SICONFI/FINBRA. (Brasil, 2017).

Cabe salientar que foi divulgada a Portaria Normativa MF nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023, que institui um novo método para avaliar a capacidade de pagamento (CAPAG). Essa medida integra o Novo Ciclo de Cooperação Federativa, um conjunto de medidas voltadas para reestruturar o pacto federativo brasileiro e resolver possíveis conflitos entre a União, os estados e os municípios. No entanto, o novo método só entrou em vigor a partir de 2024, e a base de dados do presente trabalho, não abrange este período. Sendo assim, esse estudo está baseado na metodologia de cálculo anterior.

O método para analisar a Capacidade de Pagamento (CAPAG) envolve um processo de três fases distintas. Para a primeira etapa realiza-se o cálculo individual de cada indicador econômico-financeiro, seguindo as diretrizes e fórmulas detalhadas na Figura 7:

Figura 7 - Equações para cálculo dos indicadores econômico-financeiros

INDICADOR	FÓRMULA
I. Endividamento (DC)	$\frac{\text{Dívida Consolidada Bruta}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$
II. Poupança Corrente (PC):	$\frac{\text{Despesa Corrente}}{\text{Receita Corrente Ajustada}}$
III. Liquidez (IL):	$\frac{\text{Obrigações Financeiras}}{\text{Disponibilidade de Caixa Bruto}}$

Fonte: Elaboração própria, de acordo com a Portaria nº 501 de 23 de novembro de 2017.

Para a segunda etapa realiza-se a análise dos valores obtidos para cada indicador, comparando-os com os intervalos pré-estabelecidos. Dependendo de onde os valores se encaixam, atribui-se uma classificação parcial - A, B ou C - que representa o desempenho do ente federativo em relação àquele indicador específico, conforme as categorias definidas na Figura 8.

Figura 8 - Classificação parcial do ente federativo para cada indicador econômico-financeiro

INDICADOR	SIGLA	FAIXA DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Endividamento	DC	$DC < 60\%$	A
		$60\% \leq DC < 150\%$	B
		$DC \geq 150\%$	C
Poupança Corrente	PC	$PC < 90\%$	A
		$90\% \leq PC < 95\%$	B
		$PC \geq 95\%$	C
Liquidez	IL	$IL < 1$	A
		$IL \geq 1$	C

Fonte: Brasil (2017).

Para a terceira etapa realiza-se a análise dos valores obtidos para cada indicador, comparando-os com os intervalos pré-estabelecidos. Dependendo de onde os valores se encaixam, atribui-se uma classificação parcial - A, B ou C - que representa o desempenho do

ente federativo em relação àquele indicador específico, conforme as categorias definidas na Figura a seguir:

Figura 9 - *Classificação final de cada ente federativo*

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	D
C	C	C	
Demais combinações de classificações parciais			C

Fonte: Brasil (2017).

Como visto, a nota CAPAG é composta por um conjunto de métricas que capturam diferentes aspectos da saúde financeira governamental, refletindo aspectos cruciais como endividamento, poupança corrente e liquidez. O endividamento avalia a capacidade do município de honrar suas dívidas e é um indicativo de sobrecarga financeira. A poupança corrente, por sua vez, representa a capacidade de gerar receitas correntes suficientes para cobrir suas despesas operacionais e é um indicador da sustentabilidade fiscal a curto prazo. Finalmente, a liquidez mede a capacidade do município de cumprir suas obrigações financeiras imediatas, proporcionando uma visão sobre a flexibilidade financeira e a solvência a curto prazo.

A combinação dessas métricas proporciona uma visão holística da condição financeira dos municípios, permitindo uma análise detalhada e robusta. Na presente pesquisa, a condição financeira dos municípios brasileiros será avaliada com base nas notas individuais dos indicadores que compõem a CAPAG: endividamento, poupança corrente e liquidez relativa.

3.2.2 Variável independente – Índice de Governança

Este estudo propõe indicadores quantitativos que representam as práticas governamentais. Desse modo, será analisado o IGM - Índice CFA de Governança Municipal, como indicador de mensuração da governança.

O Índice de Governança Municipal (IGM) foi criado para promover discussões sobre a importância da governança e da gestão no desenvolvimento local, oferecendo uma visão sobre como os municípios utilizam seus recursos públicos de maneira eficiente para gerar valor público. Composto por três dimensões - Finanças, Gestão e Desempenho - o IGM avalia a governança pública em municípios brasileiros. A dimensão Finanças analisa a gestão fiscal, investimentos em saúde e educação; a dimensão Gestão mensura práticas administrativas adotadas; e a dimensão Desempenho avalia o impacto das políticas públicas sobre os cidadãos locais. Desenvolvido a partir de diversas fontes de dados secundários, como MUNIC, PNUD, Datasus, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Firjan e Ipea, o IGM é composto por 13 indicadores e 29 variáveis finais (CFA, 2019).

O IGM/CFA varia em uma escala de 0 a 10, sendo que valores próximos de 10 indicam uma governança municipal mais eficiente e bem estruturada, enquanto valores próximos de 0 refletem uma gestão deficitária. A mensuração do índice é feita anualmente, com base em dados públicos oficiais de diferentes esferas de atuação do município, incluindo finanças, saúde, educação e planejamento urbano (CFA, 2019).

Como dito no referencial teórico, optou-se por utilizar apenas o indicador de gestão do IGM/CFA, como *proxy* para governança municipal, para evitar a endogeneidade associada ao indicador de finanças e porque o indicador de desempenho avalia apenas o resultado, sem considerar o processo de gestão subjacente. A escolha da dimensão de gestão foi fundamentada na necessidade de analisar diretamente os processos administrativos e operacionais, em vez de apenas os resultados. Para garantir a robustez dessa escolha, a dimensão gestão foi relacionada com os princípios estabelecidas pelo TCU (2020), que incluem princípios fundamentais como capacidade de resposta, integridade, transparência, equidade e participação, *accountability*, confiabilidade e melhoria regulatória. A Figura a seguir demonstra esta relação:

Figura 10 - Relação da Dimensão Gestão do IGM-CFA com os princípios de Governança

Dimensão	Indicador	Princípio	Relação
Gestão	Planejamento	Capacidade de Resposta	O planejamento eficaz demonstra a capacidade de resposta da administração pública. Um planejamento orçamentário bem estruturado permite que o município ajuste suas estratégias de alocação de recursos de acordo

			com as necessidades emergentes e prioridades da população, garantindo uma resposta rápida e adequada às mudanças no ambiente econômico e social.
		Integridade	A integridade é refletida na forma como o planejamento da despesa é realizado. A administração deve garantir que o processo de planejamento seja transparente e baseado em dados precisos, evitando manipulações ou decisões que não estejam alinhadas com os princípios de justiça e ética.
Colaboradores		Confiabilidade	A proporção de servidores per capita e a quantidade de comissionados são indicadores da confiabilidade da gestão pública. Uma administração que possui uma proporção adequada de servidores e uma alocação bem justificada de cargos comissionados demonstra que tem uma estrutura de pessoal capaz de atender eficientemente às demandas da população e executar as funções públicas de forma confiável.
		<i>Accountability</i>	A gestão de colaboradores envolve a responsabilidade de justificar a alocação de recursos humanos. A administração deve garantir que a contratação e o uso de cargos comissionados sejam feitos de maneira transparente e com base em critérios claros, evitando práticas de favorecimento e promovendo a meritocracia.
Transparência		Transparência	A transparência avaliada na Dimensão Gestão do IGM-CFA está diretamente alinhada com o princípio de transparência do TCU, pois ambos permitem que os gestores tornem públicas suas ações, forneçam informações de maneira acessível e permitam o controle social, fortalecendo a governança pública e a confiança da sociedade nos gestores municipais.
		Capacidade de Resposta	A transparência na divulgação de informações permite que a administração responda de forma eficaz às consultas e preocupações da população. Ao manter um nível alto de transparência, a administração pública demonstra sua capacidade de lidar com questões e críticas de maneira aberta e responsiva.
		Integridade	A integridade é reforçada através da transparência, pois a divulgação clara e acessível das informações evita práticas de ocultação e corrupção. Uma administração

			que adota práticas de transparência é vista como mais ética e confiável.
--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria, de acordo com os princípios de Governança definidos pelo TCU(2020).

3.3 ESPECIFICAÇÃO DOS MODELOS ECONÔMÉTRICOS

Para fins da análise de dados, foi desenvolvido um modelo econométrico, no qual a variável dependente é a condição financeira (representada pelos indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez que compõem a nota CAPAG). O modelo econométrico está em consonância com as hipóteses da pesquisa, pois busca investigar a relação entre o índice de governança e a Capacidade de Pagamento dos Entes Subnacionais. Diante desse contexto, as variáveis de pesquisa foram delineadas com base na revisão da literatura:

Figura 11 - Variáveis da pesquisa

Variáveis	Tipo de Variável	Relação esperada	Autores/Fonte
Indicador de Endividamento	Dependente	-	Lima e Diniz (2016); CAPAG (2017)
Indicador de Poupança Corrente	Dependente	-	Lima e Diniz (2016); CAPAG (2017)
Indicador de Liquidez	Dependente	-	Lima e Diniz (2016); CAPAG (2017)
Dimensão Gestão (IGM)	Independente	Negativa ¹	Rodrigues e Rodrigues (2020); CFA (2021)
PIB <i>per capita</i> (PIB)	Controle	Positiva	Silva et al. (2019); Rodrigues (2023); IBGE (2022)
População (POP)	Controle	Positiva	Silva et al. (2019); Araújo et al. (2023); IBGE (2022)
Região (REG)	Controle	Positiva	Groves et al. (1981); Araújo et al. (2019); Rodrigues (2023)
Ano (T)	Controle	Positiva	Silva et al. (2019); Araújo et al. (2023); IBGE (2022)

Fonte: Elaboração própria.

A partir da formulação do modelo conceitual, da identificação das variáveis e das hipóteses propostas neste estudo, foi estabelecido o modelo analítico para a análise dos dados. O modelo teórico será implementado utilizando análise de regressão com dados em painel, a

fim de testar a hipóteses elaboradas considerando que a amostra consiste em dados seccionais (municípios) e temporais, abrangendo o período de 2018 a 2023.

Para operacionalizar o modelo analítico, foram elaboradas as seguintes equações:

$$(1) DC_{it} = \beta_0 + \beta_1 Governança_{it} + \beta_2 PIB_{it} + \beta_3 Pop_{it} + \mu_i + \delta_t + \varepsilon_{it}$$

$$(2) PC_{it} = \beta_0 + \beta_1 Governança_{it} + \beta_2 PIB_{it} + \beta_3 Pop_{it} + \mu_i + \delta_t + \varepsilon_{it}$$

$$(3) LR_{it} = \beta_0^1 + \beta_1 Governança_{it} + \beta_2 PIB_{it} + \beta_3 Pop_{it} + \mu_i + \delta_t + \varepsilon_{it}$$

Em que:

DC_{it} : Indicador de Endividamento, para o município i , no ano t ;

PC_{it} : Indicador de Poupança Corrente, para o município i , no ano t ;

LR_{it} : Indicador de Liquidez Relativa, para o município i , no ano t ;

$\beta_1 Governança_{it}$: Dimensão Gestão do IGM/CFA, utilizada como proxy para governança municipal, para o município i , no ano t ;

$\beta_2 PIB_{it}$: PIB *per capita* do município i no ano t ;

$\beta_3 Pop_{it}$: Variável métrica da população do município i no ano t ;

μ_i : é o efeito fixo individual para o município i ;

δ_t : é o efeito fixo para o ano t .

Um banco de dados foi desenvolvido com base nas informações coletadas sobre as variáveis, que foi então analisado utilizando um software estatístico (*stata*). As análises realizadas com o software permitiram determinar o modelo mais adequado para o tratamento dos dados, facilitando a continuidade desta pesquisa.

Para determinar o modelo de painel mais adequado, foram elaborados dois tipos distintos de painéis: um que utiliza efeitos aleatórios (*Random-effects*) e outro que adota efeitos fixos (*Fixed-effects*). A escolha entre o modelo de efeitos aleatórios e o modelo de efeitos fixos foi fundamentada através do teste de Hausman que avaliou a adequação de cada abordagem, indicando a utilização do modelo de efeitos fixos.

A adoção de efeitos fixos para região e ano no modelo econométrico permite controlar por características não observáveis que são específicas a cada região e a cada ano, e que podem influenciar os resultados. Ao incluir efeitos fixos, é possível capturar fatores regionais, como

¹ A relação esperada é negativa. Isso se deve ao método de cálculo da nota CAPAG, conforme demonstrado na Figura 8. De acordo com essa classificação, valores menores para os indicadores DC (< 60%), PC (< 90%) e IL (< 1) indicam uma classificação parcial melhor, recebendo nota A.

condições econômicas locais, políticas públicas e infraestruturas que não variam ao longo do tempo, e fatores temporais, como mudanças nas políticas nacionais ou choques econômicos que afetam todos os municípios em um determinado ano. Isso reduz a possibilidade de viés nos coeficientes estimados, garantindo que as variáveis explicativas principais, como o índice de governança, reflitam de maneira mais precisa sua influência sobre as variáveis dependentes.

No tratamento dos dados desta pesquisa, foi aplicada a técnica de *winsorização* para lidar com outliers, que são valores extremos capazes de distorcer os resultados das análises econométricas. Essa abordagem permite mitigar o impacto desproporcional de outliers sem excluir observações importantes, preservando a representatividade dos dados e garantindo maior robustez nos resultados estimados. Dessa forma, evita-se que resultados esporádicos e desvios exagerados influenciem de maneira indevida a análise, melhorando a precisão do modelo. Por fim, para verificar a robustez das estimativas do modelo de efeitos fixos, ajustou-se a regressão com erros padrão robustos para heterocedasticidade e autocorrelação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Este estudo é constituído pelos municípios brasileiros, abrangendo o período de 2018 a 2023. As estatísticas descritivas estão apresentadas a seguir:

Tabela 1 - Estatística Descritiva

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Indicador de Endividamento	31.130	0,17	0,21	0,01	1,09
Indicador de Poupança Corrente	32.025	0,93	0,10	0,73	1,56
Indicador de Liquidez	27.303	2,45	8,50	-3,33	66,89
Dimensão Gestão (IGM)	32.925	6,17	1,24	2,85	8,72
PIB <i>per capita</i> (PIB)	32.925	28.630	25.740	6.546	164.407
População (POP)	32.925	29.492	60.334	1.684	429.321

Fonte: Elaboração própria.

O valor médio do Indicador de Endividamento é 0,17. Isso indica que, em média, os municípios têm um nível de endividamento relativamente baixo. O desvio padrão de 0,21 sugere uma variação considerável em torno da média. Alguns municípios têm endividamento muito mais baixo ou mais alto que a média. O valor mínimo é 0,01, e o máximo é 1,09. A diferença entre o mínimo e o máximo mostra que há uma ampla gama de valores para este indicador. O valor máximo é muito mais alto do que a média, indicando que há alguns municípios com endividamento significativamente mais alto.

Para o Indicador de Poupança Corrente, o valor médio é 0,93, sugerindo que, em média, os municípios têm um nível de poupança corrente relativamente alto. O desvio padrão é 0,10, indicando que há pouca variação em torno da média. A maioria dos valores está próxima da média. O valor mínimo é 0,73 e o máximo é 1,56. A variação entre o mínimo e o máximo é relativamente pequena em comparação com o desvio padrão, o que sugere que a maior parte dos valores está concentrada em torno da média.

Já para o Indicador de Liquidez, o valor médio é 2,45, indicando que, em média, os municípios têm um nível de liquidez relativamente alto. O desvio padrão é muito alto (8,50), o que revela uma grande variação nos dados. Isso significa que há uma ampla gama de valores para este indicador. O valor mínimo é -3,33, e o máximo é 66,89. A presença de valores

negativos sugere que alguns municípios têm liquidez negativa, o que é anômalo e pode indicar problemas financeiros.

Em relação a dimensão gestão, do Índice de Governança Municipal, observou-se uma média de 6,17 e desvio padrão de 1,24. Isso sugere que a gestão, como medida, varia menos em comparação com as outras variáveis. Quanto ao PIB *per capita* tem-se uma média de R\$ 28.630,00, sendo o valor máximo de R\$ 164.407, e o valor mínimo de R\$ 6.546, evidenciando a disparidade econômica que há entre os municípios no Brasil, destacada em estudos anteriores (Buendía-Carrillo et al., 2020).

Por fim, a população apresenta uma média baixa (29.492) comparada ao desvio padrão (60.334), indicando uma ampla gama de tamanhos populacionais entre os municípios. Esse dado pode ser importante para entender o impacto do tamanho da população nos indicadores que representam a CAPAG (condição financeira governamental).

4.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS FATORES DA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E A GOVERNANÇA MUNICIPAL

Para estabelecer a relação entre os elementos da condição financeira governamental (indicador de Endividamento, indicador de Poupança Corrente, indicador de Liquidez) e a governança municipal (Dimensão Gestão do IGM/CFA), inicialmente conduziu-se uma análise de correlação. A Tabela 2 apresenta os resultados desta correlação.

Tabela 2 - Correlação entre as variáveis

Variável	DC	PC	LR	Gestão	PIB	POP
DC	1,0000					
PC	0,1695	1,0000				
LR	0,1530	0,3488	1,0000			
Gestão	-0,1027	-0,1674	-0,1079	1,0000		
PIB	-0,1265	-0,3128	-0,2360	0,0136	1,0000	
POP	0,0860	-0,0371	0,0138	0,1018	0,1130	1,0000

Fonte: Elaboração própria.

Nota: DC – Indicador de Endividamento da nota CAPAG; PC - Indicador de Poupança Corrente da nota CAPAG; LR - Indicador de Liquidez da nota CAPAG; Gestão – Dimensão Gestão do IGM; PIB – PIB *per capita*; POP – População.

Constata-se que, de maneira geral, as correlações entre as variáveis analisadas são relativamente baixas. As correlações revelam que, enquanto algumas variáveis apresentam interações positivas, outras mostram associações inversas, indicando relações antagônicas, isto é quanto maior um indicador, menor o outro.

O indicador de endividamento (DC) apresenta correlações modestas com as outras variáveis. A correlação com o indicador de poupança corrente (PC) é positiva e relativamente baixa (0,1695), sugerindo uma leve associação entre o endividamento e a poupança corrente, embora não fortemente significativa.

A correlação entre o indicador de endividamento (DC) e o indicador de liquidez (LR) revela uma relação positiva, embora fraca, com um coeficiente de 0,1530. Isso sugere uma leve tendência de que, à medida que o endividamento aumenta, a liquidez também tende a aumentar, mas a relação não é suficientemente robusta para ser considerada forte. Esses achados estão em consonância com a pesquisa de Cavichioli et al. (2018), que identificou uma relação positiva entre o Indicador de liquidez e o endividamento, embora com um coeficiente muito baixo, indicando um poder explicativo quase nulo.

O indicador de poupança corrente (PC) possui correlações variadas com outras variáveis. A correlação com o indicador de liquidez (LR) é relativamente forte e positiva (0,3488), sugerindo que um aumento na poupança corrente está moderadamente associado a um aumento na liquidez. Por outro lado, a correlação com o PIB *per capita* (PIB) é negativa e significativa (-0,3128), indicando que municípios com maior poupança corrente tendem a ter um PIB *per capita* menor. A correlação com a população (POP) é negativa e quase nula (-0,0371), indicando que a poupança corrente não está fortemente relacionada ao tamanho da população.

Os achados sobre o indicador de liquidez (LR) revelam uma correlação negativa e moderada com o PIB per capita (PIB), com um coeficiente de -0,2360. Isso sugere que um maior nível de liquidez está associado a um menor PIB *per capita*, o que pode indicar uma possível inversão entre a liquidez e o crescimento econômico. Este resultado é consistente com os achados de Klim et al. (2018), que demonstraram que maior liquidez está associada a um menor crescimento do PIB. Além disso, a pesquisa de Chu Khanh & Chu (2019) complementa essa visão ao afirmar que, a liquidez pode impactar negativamente o crescimento econômico.

A correlação do indicador de liquidez com a População (POP) é quase nula (0,0138), indicando pouca ou nenhuma relação entre liquidez e tamanho populacional.

A dimensão Gestão do Índice de Governança Municipal (Gestão) mostra correlações predominantemente negativas com outras variáveis, mas com magnitudes relativamente baixas. A correlação com o indicador de endividamento (DC) é negativa e pequena (-0,1027), e a correlação com o indicador de poupança corrente (PC) é igualmente negativa (-0,1674), sugerindo que uma gestão melhor pode estar ligeiramente associada a menores endividamentos e poupança corrente.

A correlação da dimensão Gestão do IGM com o PIB *per capita* (PIB) é praticamente nula (0,0136), e a correlação com a População (POP) é baixa e positiva (0,1018), indicando uma relação pouco relevante com o tamanho populacional. Os resultados sobre o porte populacional estão alinhados com o estudo de Filho et al. (2020), que indicou que municípios com grande população tendem a ter desempenhos baixos nas dimensões que formam o índice de governança.

A correlação do PIB *per capita* com a População (POP) é positiva e baixa (0,1130), indicando que o tamanho da população tem uma influência limitada no PIB per capita. No mais, a análise revela que a maioria das correlações entre as variáveis é modesta, sugerindo que, enquanto existem algumas relações significativas, elas não são predominantemente fortes.

Como dito, a análise estatística conduzida nesta pesquisa utiliza regressão em painel com efeitos fixos e robustez nos erros padrão. A escolha pelos efeitos fixos é justificada pela sua capacidade de controlar características individuais que permanecem constantes ao longo do tempo e que podem influenciar a condição financeira governamental, mas que não são observadas diretamente. A robustez dos erros padrão é aplicada para mitigar possíveis violações dos pressupostos da regressão, como a heterocedasticidade.

Após a validação dos testes de especificação, foi formulada a regressão em painel com efeitos fixo utilizando erros-padrão que se tornam robustos a heterocedasticidade, conforme descrito na Tabela 3.

Tabela 3 - Análise de regressão

Variáveis	(1) DC	(2) PC	(3) LR
Gestão	-501,598*** (48,218)	-727,734*** (53,616)	-262,161*** (37,015)
PIB	-0,020*** (0,005)	-0,135*** (0,007)	-0,076*** (0,004)
POP	-0,003 (0,023)	-0,097** (0,473)	-0,815*** (0,028)
Constante	17.294,34*** (757,878)	24.720,08*** (1.411,158)	17.313,03*** (849,166)
Observações	32.719	31.594	31.645
Teste F	42,19	176,12	117,81
Prob>F	0,000	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria.

Nota: variáveis descritas no texto. ***, **, * = significativa ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

R²: (1) DC = 2,23%; (2) PC = 5,99%; (3) LR = 2,42%.

Os coeficientes das variáveis apresentaram valores negativos em relação à Dimensão Gestão do Índice de Governança Municipal, o que reflete a natureza das variáveis dependentes analisadas, como endividamento, poupança corrente e liquidez. Nesse contexto, um coeficiente negativo é consistente com a interpretação de que, quanto menores os valores dessas variáveis, melhor é a condição financeira geral. Assim, um aumento no índice de governança está associado a uma diminuição nas variáveis de endividamento, poupança corrente e liquidez, indicando que uma condição financeira mais favorável está relacionada a uma governança mais eficiente. Portanto, os sinais negativos dos coeficientes são indicativos de que uma redução nas métricas de endividamento, poupança corrente e liquidez está associada a uma melhoria na gestão financeira, conforme medido pelo índice de governança.

A variável DC exibiu o sinal esperado de acordo com a teoria, sugerindo que um menor grau de endividamento está associado a uma melhor governança municipal. Com relação ao indicador de endividamento, o coeficiente negativo e significativo para a Dimensão Gestão do IGM/CFA (-501,598) indica que, quanto melhor a gestão, menor o Indicador de Endividamento. Esse resultado é significativo ao nível de 1% ($p\text{-valor} < 0,001$). Isso sugere que municípios com uma gestão mais eficiente têm menores níveis de endividamento, refletindo uma melhor condição financeira.

Estes resultados sustentam a primeira hipótese (H_1) e corroboram com os achados de Navarro et al. (2020) que identificaram a influência de fatores de gestão no risco de endividamento dos governos locais. Especificamente, variáveis de gestão relacionadas a política local, como o fato de o prefeito não possuir formação universitária em economia.

Para o PIB, o coeficiente negativo (-0,020) também é significativo ao nível de 1%, indicando que um aumento no PIB *per capita* está associado a uma redução no Indicador de Endividamento. Já a População (-0,003) não mostrou um efeito significativo no Indicador de Endividamento, corroborando com os estudos de Santana et al. (2019), que evidenciaram que o porte populacional não apresenta uma relação significativa com o endividamento dos municípios.

Em conformidade com a expectativa teórica para o comportamento da variável PC, esta apresentou um coeficiente negativo e significativo, ao nível de 1% ($p\text{-valor} < 0,001$), corroborando a segunda hipótese da pesquisa (H_2). Destaca-se que, de acordo com o modelo proposto para medir a Condição Financeira Governamental (CFG), quanto menor for o valor desse indicador, maior será o nível de Poupança Corrente, indicando uma CFG mais favorável para o município. Dessa forma, uma redução de uma unidade na PC sinalizará uma melhora na

CFG, resultando em um impacto positivo na gestão municipal no ano corrente, com um coeficiente de 727,734. Isso sugere que melhores índices de gestão estão associados a uma melhor condição na poupança corrente dos municípios, e por consequência, uma condição financeira governamental favorável.

O PIB tem um coeficiente negativo significativo (-0,135), o que indica que um aumento no PIB *per capita* está associado a uma menor Poupança Corrente. A População (-0,097) tem um efeito negativo significativo ao nível de 5% no Indicador de Poupança Corrente, sugerindo que maiores populações estão associadas a uma menor poupança corrente.

Para o Indicador de Liquidez Relativa, a Dimensão Gestão do IGM/CFA apresenta um coeficiente negativo significativo (-262,161) ao nível de 1% ($p\text{-valor} < 0,001$). Isso sugere que melhores práticas de gestão estão associadas a uma menor Liquidez Relativa. O PIB tem um coeficiente negativo significativo (-0,076), indicando que um aumento no PIB *per capita* está associado a uma menor Liquidez Relativa. A População (-0,815) mostra um coeficiente negativo significativo ao nível de 1%, sugerindo que maiores populações estão associadas a uma menor Liquidez Relativa.

Os resultados sobre a influência do PIB *per capita* na condição financeira governamental corroboram com os estudos de Silva et al. (2019), Rodrigues (2023), que indicam que um aumento no PIB *per capita* está associado a melhorias na condição financeira governamental, conforme constatado no presente estudo. Já os achados sobre a não influência do tamanho populacional na condição financeira estão de acordo com as pesquisas de Santana et al. (2019), e são contrários aos estudos de Silva et al. (2019) e Araújo et al. (2023), que indicam uma associação positiva entre o tamanho populacional e a condição financeira.

As análises dos resultados do presente estudo não rejeitam as hipóteses de que a dimensão de gestão do Índice de Governança Municipal (IGM/CFA) exerce uma influência significativa sobre a condição financeira governamental, medida pelos indicadores da CAPAG (endividamento, poupança corrente e liquidez relativa). Os achados estão alinhados com o estudo de Filho et al., (2020), que ao analisarem dados de 669 municípios com informações disponíveis no IGM para o ano de 2015, investigaram a relação entre governança e a classificação de *rating* de crédito nos municípios brasileiros (CAPAG). Os resultados mostraram que a governança teve uma relação positiva e significativa com a CAPAG, evidenciando que boas práticas de gestão pública impactam positivamente a qualidade do crédito municipal.

Os resultados deste estudo, ao apontarem coeficientes negativos entre a Dimensão Gestão do Índice de Governança Municipal (IGM/CFA) e os indicadores financeiros

analisados, corroboram princípios fundamentais de governança, como integridade, capacidade de resposta e *accountability*. O princípio da integridade é reforçado, pois a gestão eficiente, evidenciada pelos coeficientes negativos, demonstra o uso responsável e ético dos recursos públicos, evitando excessos de endividamento e promovendo uma melhor poupança corrente e liquidez. A capacidade de resposta, outro princípio destacado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), também é evidente, já que uma governança mais eficaz permite que os municípios respondam de forma mais ágil e eficiente aos desafios financeiros, reduzindo a dependência de dívidas e melhorando sua saúde fiscal.

O princípio da *accountability* se manifesta através da transparência e da responsabilidade na gestão dos recursos, refletido nos indicadores financeiros, pois a associação entre uma boa governança e uma condição financeira mais favorável sugere que práticas de gestão responsáveis levam a resultados positivos e mensuráveis. Assim, a robustez dos achados deste estudo não só confirma a importância da governança para a saúde financeira municipal, mas também ilustra como os princípios de governança pública podem ser tangibilizados na prática, melhorando a eficiência da administração pública e, por consequência, a qualidade de vida dos cidadãos.

Adicionalmente, trabalhos anteriores afirmam que a compreensão detalhada da condição financeira é essencial não apenas para a tomada de decisões informadas, mas também para garantir a eficácia do funcionamento do governo local. Eles ressaltam que uma governança robusta, que integra a análise e gestão eficaz dos recursos financeiros, é fundamental para melhorar a eficiência administrativa e promover uma gestão pública mais transparente e responsiva. Dessa forma, a capacidade de entender e utilizar adequadamente a informação financeira pode fortalecer a governança e, conseqüentemente, melhorar a condição financeira e a performance geral do governo local (Kooij & Groot, 2021).

Além disso, os resultados corroboram a literatura existente sobre a influência da governança nas finanças. Estudos na área privada mostram que a governança corporativa está associada ao desempenho econômico-financeiro das empresas. Pesquisas anteriores destacam que sistemas robustos de governança corporativa estão ligados ao aumento do valor de mercado das empresas (Oncioiu et al., 2020). Da mesma forma, uma governança corporativa sólida pode impactar positivamente o valor da empresa, melhorando o desempenho financeiro, atraindo investidores e promovendo a operação sem práticas ilícitas (Wang, 2023).

Na esfera pública, os resultados do estudo reforçam a relevância das práticas de governança na eficiência da aplicação de recursos e na produtividade econômica. Santos e Rover (2019) mostram que práticas de governança impactam a eficiência na alocação de

recursos públicos, enquanto Cheng e Li (2023) e Cust et al. (2023) evidenciam a relação positiva entre a qualidade da governança e a produtividade econômica. Além disso, Saputra (2021) demonstra que uma governança sólida e a gestão eficiente das finanças públicas melhoram significativamente o desempenho do governo local. Isso destaca a importância de uma governança municipal sólida e bem estruturada para a melhoria das condições governamentais dos municípios, refletindo a eficácia da gestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição financeira governamental tem gerado grandes preocupações, especialmente devido aos problemas fiscais que afetam negativamente a economia e a sociedade. Esses problemas afetam a capacidade dos municípios de oferecer serviços públicos adequados e promover o desenvolvimento local. A governança pública eficaz, é crucial para melhorar as finanças municipais e garantir um ambiente econômico mais estável e sustentável.

O objetivo geral do estudo, fundamentado na Teoria da Condição Financeira Governamental, foi analisar a relação entre a governança municipal e a condição financeira dos municípios brasileiros. Para explorar esse fenômeno, foram formuladas e testadas três hipóteses: (1) há uma associação significativa entre o índice de governança e o indicador de endividamento dos municípios brasileiros; (2) há uma associação significativa entre o índice de governança e o indicador de poupança corrente dos municípios brasileiros; (3) há uma associação significativa entre o índice de governança e o indicador de liquidez relativa dos municípios brasileiros.

Para testar as hipóteses formuladas e atingir o objetivo do estudo, foi criado um banco de dados, que abrangeu os anos de 2018 a 2023, com as seguintes variáveis: índice de endividamento, índice de poupança corrente e índice de liquidez relativa (ambos índices da nota CAPAG, utilizada como medida de mensuração da condição financeira governamental), dimensão gestão do IGM-CFA (*proxy* de mensuração da governança municipal), PIB *per capita* e população. Utilizou-se a técnica estatística de regressão em painel com efeitos fixos e dados robustos para analisar a influência da governança na condição financeira dos municípios brasileiros.

Destaca-se, que todos os objetivos definidos para este estudo foram alcançados. Primeiramente, foi realizada uma análise estatística detalhada das variáveis de interesse, incluindo os indicadores de endividamento, poupança corrente, liquidez, a dimensão gestão e o PIB *per capita*. Essa análise permitiu compreender as relações entre essas variáveis e a condição financeira dos municípios brasileiros.

A primeira hipótese, que buscava verificar o indicador de endividamento da nota CAPAG, nos municípios brasileiros, e a influência da dimensão Gestão do IGM-CFA sobre esta variável foi plenamente atingida. Os resultados obtidos confirmaram uma relação significativa entre o índice de governança e o indicador de endividamento. Isso demonstra que práticas de governança eficazes estão associadas a menores níveis de endividamento nos

municípios, corroborando a importância de uma gestão responsável para a saúde financeira municipal.

A segunda hipótese, que se propôs a identificar o indicador de poupança corrente da nota CAPAG nos municípios brasileiros, assim como analisar a influência da dimensão Gestão do IGM-CFA sobre essa variável, foi satisfatoriamente alcançada. Os resultados obtidos demonstraram uma relação significativa entre o índice de governança e o indicador de poupança corrente, evidenciando que práticas de governança eficazes estão diretamente ligadas a um melhor gerenciamento dos recursos correntes nos municípios. Esses achados reforçam a importância de uma gestão bem estruturada para garantir a estabilidade financeira municipal.

A terceira hipótese, que buscava mensurar o indicador de liquidez relativa da nota CAPAG nos municípios brasileiros e examinar a influência da dimensão Gestão do IGM-CFA sobre essa variável, foi igualmente cumprida. Os resultados confirmaram a existência de uma relação significativa entre o índice de governança e o indicador de liquidez relativa, evidenciando que uma governança sólida contribui para melhores condições de liquidez financeira nos municípios. Este resultado reforça a relevância de uma gestão pública eficiente para a manutenção de condições financeiras favoráveis.

Assim, o estudo alcançou seus objetivos, demonstrando de forma abrangente como a governança municipal influencia a condição financeira dos municípios brasileiros, conforme evidenciado pelos indicadores analisados. A análise deste estudo confirma que a Dimensão Gestão do Índice de Governança Municipal (IGM/CFA) tem um impacto significativo sobre a condição financeira governamental, avaliada pelos indicadores da CAPAG (endividamento, poupança corrente e liquidez relativa).

No mais, os resultados sobre o impacto do PIB *per capita* na condição financeira governamental demonstram que um aumento no PIB *per capita* está associado a uma melhoria na condição financeira governamental. Por outro lado, identificou-se a ausência de influência significativa do tamanho populacional na condição financeira governamental.

A contribuição central deste estudo reside na sua abordagem em estabelecer uma relação empírica entre medidas de governança pública e o desempenho governamental, especificamente avaliado pela condição financeira dos municípios brasileiros. Ao explorar essa conexão, o estudo oferece uma nova perspectiva sobre a importância da governança municipal como um fator determinante para a saúde financeira das administrações locais. Essa contribuição é especialmente relevante no contexto brasileiro, onde a gestão pública enfrenta desafios significativos, incluindo crises fiscais recorrentes e a necessidade de otimizar o uso dos recursos públicos.

Além disso, ao demonstrar empiricamente que uma governança sólida pode influenciar positivamente indicadores financeiros como endividamento, poupança corrente e liquidez relativa, o estudo fornece evidências concretas para gestores públicos e formuladores de políticas. Essas evidências podem ser utilizadas para desenvolver estratégias de governança que promovam uma gestão financeira mais eficiente e sustentável, contribuindo para a estabilidade econômica e o desenvolvimento local. Assim, a pesquisa não só avança o entendimento acadêmico sobre a relação entre governança e finanças públicas, mas também oferece implicações práticas para a melhoria da gestão municipal.

Por fim, a relevância desta contribuição se reflete na sua capacidade de preencher uma lacuna na literatura existente, que até então carecia de estudos que relacionassem de forma abrangente a governança pública com o desempenho financeiro dos municípios em uma escala nacional. Ao abordar essa lacuna, o estudo amplia o campo de pesquisa em governança pública e finanças municipais, oferecendo um modelo analítico que pode ser aplicado em outras regiões e contextos, além de abrir caminhos para futuras investigações que possam aprofundar ainda mais essa relação.

Embora o estudo ofereça contribuições significativas, é essencial reconhecer suas limitações. Existem fatores adicionais que podem influenciar a condição financeira dos municípios que não foram incluídos na análise. A ausência dessas variáveis pode limitar a capacidade de capturar toda a complexidade da relação entre governança municipal e condição financeira governamental.

Para futuras pesquisas, sugere-se a investigação da governança e da condição financeira em diferentes contextos e escalas, como estados ou regiões específicas, para comparar variações e obter percepções mais detalhadas. Além disso, propõe-se a inclusão de variáveis adicionais que possam influenciar a condição financeira governamental, como aspectos culturais, políticos ou históricos, para uma análise mais abrangente.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, A. J. L., Salem, I., Moura, R. N., Martins, H. F., & Porto, G. (2017, julho). Índice CFA de Governança Municipal, Anais do Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, DF, Brasil, 10.
- Alchian, A. A., & Demsetz, H. (1972). Production, Information Costs, and Economic Organization. *The American Economic Review*, 62(5), 777–795. <http://www.jstor.org/stable/1815199>
- Araujo, L. C. de, Bezerra Filho, J. E., Teixeira, A., & Motoki, F. (2021). Gestões Municipais no Brasil: *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 20, e3137. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202131371>
- Araújo, R. A. M., Leite, K. K. M., & Filho, P. A. M. L. (2019). Influência da condição financeira nas subvenções governamentais dos estados brasileiros em cenário de crise econômica. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 38(3), 01–18. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v38i3.43027>
- Araújo, R. J. R. de, Freitas Souza, D. C. de, Diniz, J. A., Ferreira Nobre Rêgo, C. J., & Ramos de Lira, A. (2023). *Medidas objetivas e subjetivas de condição financeira governamental: os gestores públicos municipais conhecem sua condição financeira?* *Enfoque: Reflexão Contábil*, 42(1), 154–172. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v42i1.57075>
- Araújo, R. J. R. de, Souza, D. C. F., Diniz, J. A., Rêgo, C. J. F. N., & Lira, A. R. (2023). Medidas objetivas e subjetivas de condição financeira governamental: os gestores públicos municipais conhecem sua condição financeira? *Enfoque: Reflexão Contábil*, 42(1), 154–172. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v42i1.57075>
- Asatryan, Z., & de Witte, K. (2015). Direct democracy and local government efficiency. *European Journal of Political Economy*, 39, 58–66. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2015.04.005>
- Bernstein, M. (1989). Inestabilidad economica en Estados Unidos en las decadas de 1930 y 1970: Un ensayo de homología histórica. *Revista De Historia Economica - Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 7(3), 675-699. doi:10.1017/S0212610900001609
- Beuren, I. M., Moura, G. D., & Kloeppe, N. R. (2013). Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. *Rev. Adm. Pública*, 47(2), 421-441.
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Santis, S., & Citro, F. (2019). Budgetary solvency of Italian local governments: an assessment. *International Journal of Public Sector Management*, 32(2), 122–141. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-11-2017-0328>
- Boyne, G. A. (2003). *Sources of Public Service Improvement: A Critical Review and Research Agenda*, *Journal of Public Administration Research and Theory*, 13 (3), 367–394.

- Brusca, I., Manes Rossi, F., & Aversano, N. (2015). Drivers for the financial condition of Local Government: a comparative study between Italy and Spain. *Lex Localis - Journal of Local Self-Government*, 13(2), 161–184. [https://doi.org/10.4335/13.2.161-184\(2015\)](https://doi.org/10.4335/13.2.161-184(2015))
- Buendía-Carrillo, D., Lara-Rubio, J., Navarro-Galera, A., & Gómez-Miranda, M. E. (2020). The impact of population size on the risk of local government default. *International Tax and Public Finance*, 27(5), 1264–1286. <https://doi.org/10.1007/s10797-020-09591-9>
- Buta, B. O., & Teixeira, M. A. C. (2020). Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Organizações & Sociedade*, 27(94), 370–395. <https://doi.org/10.1590/1984-9270941>
- Brasil (2017). Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional publica no Diário Oficial da União, ed. 225, seção 1, p. 54, a *Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017*, dispõe sobre a análise da capacidade de pagamento do Estado, do Distrito Federal ou do Município. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-ministeriais/2017/arquivos/PortariaMF50117.pdf>; Acesso em: 15 junho 2014.
- Cabaleiro, R., Buch, E., & Vaamonde, A. (2013). Developing a Method to Assessing the Municipal Financial Health. *The American Review of Public Administration*, 43(6), 729–751. <https://doi.org/10.1177/0275074012451523>
- Cardoso, R. S. (2022). *Efeitos da Condição Financeira Governamental na probabilidade de reeleição de prefeitos brasileiros*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Cantú, J. A. T. (2011). Contaduría y administración. In *Contaduría y administración* (Issue 233). UNAM. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-10422011000100008&lng=es&nrm=iso&tlng=es
- Carmeli, A. (2007). The Effect of Fiscal Conditions of Local Government Authorities on Their Economic Development. *Economic Development Quarterly*, 21(1), 91–98. <https://doi.org/10.1177/0891242406295521>
- Carmeli, A., & Cohen, A. (2001). The financial crisis of the local authorities in Israel: A resource-based analysis. *Public Administration*, 79(4), 893-913. <https://doi.org/10.1111/1467-9299.00285>
- Catapan, A., Colauto, R. D., & Barros, C. M. E. (2013). A Relação Entre a Governança Corporativa e o Desempenho Econômico-Financeiro de Empresas de Capital Aberto do Brasil. *Contabilidade Gestão E Governança*, 16(2). Recuperado de <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/467>
- Cavichioli, D.; Santos, K. P.; Toigo, L. A.; Fiirst, C. (2018). Determinantes para abertura de créditos adicionais: um estudo com municípios paranaenses. *RIC - Revista de Informação Contábil*, 12, 47–63.

- Conselho Federal de Administração (CFA). *O Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA)* Brasília, 2021. Recuperado em 20 junho, 2024, de <https://igm.cfa.org.br/metodologia/>
- Cheng, M., & Li, Z. (2023). Public governance and firm total factor productivity: Evidence from a quasi-natural event in China. *Economics of Transition and Institutional Change*, 31(3), 683–719. <https://doi.org/10.1111/ecot.12348>
- Cichoski, F. C. D. L., Sehn, L. C., & de Mello, G. R. (2019). Índice de Governança Municipal e Práticas de Governança Eletrônica: Um Estudo com os Municípios do Oeste do Paraná. In *Anais do 19º USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP.
- Clark, B. Y. (2015). Evaluating the Validity and Reliability of the Financial Condition Index for Local Governments. *Public Budgeting & Finance*, 35(2), 66–88. <https://doi.org/10.1111/pbaf.12063>
- Clark, T. N. (1977). *Fiscal management of American cities: funds flow indicators*. *Journal of Accounting Research*, 15, 54-94.
- Coase, R. H. (1937). The Nature of the Firm. *Economica*, 4(16), 386–405. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>
- Cuadrado-Ballesteros, B., & Bisogno, M. (2018). Efficiency as a determinant of financial condition: an assessment of Italian and Spanish local governments. *International Public Management Journal*, 1-32.
- Cuadrado-Ballesteros, B., Mordán, N., & García-Sánchez, I.-M. (2014). Is Local Financial Health Associated with Citizens' Quality of Life? *Social Indicators Research*, 119(2), 559–580. <https://doi.org/10.1007/s11205-013-0533-2>
- Cust, J., Harding, T., Krings, H., & Rivera-Ballesteros, A. (2023). Public governance versus corporate governance: Evidence from oil drilling in forests. *Journal of Development Economics*, 163, 103070. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2023.103070>
- Debela, W. K. (2020). Local governance in Switzerland: Adequate municipal autonomy cum intergovernmental cooperation?, *Cogent Social Sciences*, 6(1), DOI: 10.1080/23311886.2020.1763889
- Denhardt, R. B.; Catlaw, T.J (2017). *Teorias da Administração Pública*. (2 ed). São Paulo: Cengage Learning.
- Dennis, L. (2004). *Determinants of financial condition: A study of US cities*. Doctoral Dissertation, University of Central Florida.
- Dias, T., & Cario, S. A. F. (2014). Sociedade, desenvolvimento e o papel estratégico do Estado: uma reflexão sobre o surgimento da governança pública. *Ensaio FEE*, 35(2), 337-362.

- Dinh Thanh, S., Hart, N., & Canh, N. P. (2020). Public spending, public governance and economic growth at the Vietnamese provincial level: A disaggregate analysis. *Economic Systems*, 44(4), 100780. <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2020.100780>
- Duarte Carreiro, N. K., Bernardes do Nascimento, J. C. H., Sampaio Barbosa, F. L., Rabêlo Neto, A., & Corrêa da Silva, M. (2021). Relações entre governança corporativa, desempenho financeiro e valor de mercado. *Revista Facultad de Ciencias Económicas*, 29(2), 11–28. <https://doi.org/10.18359/rfce.4028>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency Theory: An Assessment and Review. *The Academy of Management Review*, 14(1), 57. <https://doi.org/10.2307/258191>
- Fama, E. F. (1980). Agency Problems and the Theory of the Firm. *Journal of Political Economy*, 88(2), 288–307. <https://doi.org/10.1086/260866>
- Farazmand, A. (2004). Sound governance in the age of globalization: A conceptual framework. *Sound governance: Policy and administrative innovations*, 1-23.
- Fernández-Gutiérrez, M., & van de Walle, S. (2019). Equity or Efficiency? Explaining Public Officials' Values. *Public Administration Review*, 79(1), 25–34. <https://doi.org/10.1111/puar.12996>
- Ferreira, H. L., Resende, L. L., Barbosa Neto, J. E., Cunha, J. V. A. da, & Avelino, B. C. (2024). Fatores explicativos da condição financeira em municípios de Minas Gerais. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - ISSN 2176-9036*, 16(1), 259–281. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2024v16n1ID31368>
- Filho, C. R., Fonseca, M. W., & Soares, R. O. (2020). Governança e rating de crédito em municípios brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*. <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i3.8037>
- Freitas, V. A. de, & Silva, F. E. R. (2021). Administração pública e governança: uma discussão teórica. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 20(1), 354–379. <https://doi.org/10.32586/rcda.v20i1.751>
- Freitas, G. A. de, Silva, E. M., Oliveira, M. C., Cabral, A. C. de A., & Santos, S. M. dos. (2018). Governança Corporativa e Desempenho dos Bancos Listados na B3 em Ambiente de Crise Econômica. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(1), 100–119. https://doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a6
- Fukuyama, F. (2013). What Is Governance? *Governance*, 26(3), 347–368. <https://doi.org/10.1111/gove.12035>
- Garcia-Sanchez, I. M., Mordan, N., & Prado-Lorenzo, J. M. (2012). Effect of the Political System on Local Financial Condition: Empirical Evidence for Spain's Largest Municipalities. *Public Budgeting & Finance*, 32(2), 40–68. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5850.2011.00986.x>
- Garcia-Sanchez, I. M., Mordan, N., & Prado-Lorenzo, J. M. (2012). Effect of the Political System on Local Financial Condition: Empirical Evidence for Spain's Largest

- Municipalities. *Public Budgeting & Finance*, 32(2), 40–68.
<https://doi.org/10.1111/j.1540-5850.2011.00986.x>
- García-Sánchez, I.-M., Mordán, N., & Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). Do electoral cycles affect local financial health? *Policy Studies*, 35(6), 533–556.
<https://doi.org/10.1080/01442872.2014.971727>
- Goncalves, M. C., & Caldas, O. V. (2019). *Condição financeira dos municípios brasileiros e fatores determinantes*. Em XIII Congresso ANPCONT.
- Gorina, E., Joffe, M. D., & Maher, C. (2018). Using Fiscal Ratios to Predict Local Fiscal Distress. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3169363>
- Governmental Accounting Standards Board. 2012. “Economic Condition Assessment.” GASB. 20 de Julho de 2023.
- Grossi, G., Reichard, C., Thomasson, A., & Vakkuri, J. (2017). Editorial. *Public Money & Management*, 37(6), 379–386. <https://doi.org/10.1080/09540962.2017.1344007>
- Groves, S. M., Valente, M. G., & Nollenberger, K. (2003). *Evaluating financial condition: A handbook for local government*. ICMA.
- Guimarães, L. A., & Oliveira, A. F. F. de B. (2019). A Importância da Formação em Gestão Pública Municipal para os Gestores Públicos no Exercício de suas Funções / The Importance of Municipal Public Management training for Public Managers in the Exercise of their Functions. ID on Line *Revista De Psicologia*, 13(45), 356–372.
<https://doi.org/10.14295/idonline.v13i45.1735>
- Guimarães, D. E. L., Soares, C. S., & Souza, A. M. (2022). O índice de governança municipal e a influência da escolaridade e da experiência dos prefeitos sob a perspectiva da teoria do capital humano. Em *XLVI Encontro da ANPAD*.
- Hilmer Pedersen, K., & Johannsen, L. (2018). New Public Governance in the Baltic States: Flexible Administration and Rule Bending. *Public Performance & Management Review*, 41(3), 648–667. <https://doi.org/10.1080/15309576.2018.1465828>
- IFAC, The International Federation of Accountants. (2013). *Comparison of Principles*. Obtido em https://www.ifac.org/_flysystem/azure-private/publications/files/Comparison-of-Principles.pdf. Acesso em 26 de outubro de 2023.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360.
[https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Kaul, M. (1997). The New Public Administration: management innovations in government. *Public Administration and Development*, 17(1), 13–26.
[https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-162X\(199702\)17:1](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-162X(199702)17:1)

- Khanh, L., & Chu, H. (2019). Muita liquidez é prejudicial ao crescimento econômico?. *Economic Growth e Journal* . <https://doi.org/10.2139/ssrn.3333637>
- Kim, K., Lee, I., & Shim, W. (2018). Redefinindo a liquidez para a política monetária. *Série de artigos de pesquisa do Instituto Coreano de Política Econômica Internacional (KIEP)* . <https://doi.org/10.2139/ssrn.3264553>
- Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40(3), 479–499. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000300008>
- Kloha, P., Weissert, C. S., Kleine, R. (2005). Developing and testing a composite model to predict local fiscal distress. *Public Administration Review*, 65(3) 313-323.
- Kooij, J., & Groot, T. (2021). Towards a comprehensive assessment system of local government fiscal health. *Maandblad Voor Accountancy En Bedrijfseconomie*, 95(7/8), 233–244. <https://doi.org/10.5117/mab.95.67693>
- Kormendi, R. C., & Meguire, P. G. (1985). Macroeconomic determinants of growth: Cross-country evidence. *Journal of Monetary Economics*, 16(2), 141–163. [https://doi.org/10.1016/0304-3932\(85\)90027-3](https://doi.org/10.1016/0304-3932(85)90027-3)
- Lima, S. C. De, & Diniz, J. A. (2016). *Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental*. Atlas.
- Lima, S. H. de O., Oliveira, F. D., Cabral, A. C. de A., Santos, S. M., & Pessoa, M. N. M. (2015). Governança corporativa e desempenho econômico: uma análise dos indicadores de desempenho entre os três níveis do mercado diferenciado da BM&FBOVESPA. *REGE - Revista de Gestão*, 22(2), 187–204. <https://doi.org/10.5700/REGE558>
- Liou, K. T., & Wang, X. (2019). Managerial Value, Financial Condition, and Downsizing Reform: A Study of U.S. City Governments. *Public Personnel Management*, 48(4), 471–492. <https://doi.org/10.1177/0091026019826144>
- Lynn, L. E., & Malinowska, A. (2018). How are Patterns of Public Governance Changing in the US and the EU? It's Complicated. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 20(1), 36–55. <https://doi.org/10.1080/13876988.2017.1413867>
- Mathiasen, D. (1999). The new public management and its critics. *International Public Management Journal*, 2(1), 90–111. [https://doi.org/10.1016/S1096-7494\(00\)87433-4](https://doi.org/10.1016/S1096-7494(00)87433-4)
- Matias-Pereira, J (2018). *Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais*. (7 ed). São Paulo: Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2022). Governança no setor público. 2. ed. São Paulo: Gen-Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2023). A New Public Governance. *GIGAPP Estudos*, 10(248-255).

- McDonald, B. D. (2018). Local Governance and the Issue of Fiscal Health. *State and Local Government Review*, 50(1), 46–55. <https://doi.org/10.1177/0160323X18765919>
- Meuleman, Louis. (2008). *Public Management and the Metagovernance of Hierarchies, Networks and Markets; the Feasibility of Designing and Managing Governance Style Combinations*. Heidelberg: Physica-Verlag.
- Mitnick, B. M. (1973). Fiduciary Rationality and Public Policy: The Theory of Agency and Some Consequences. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1020859>
- Monteduro, F., & Allegrini, V. (2020). How outsourcing affects the e-disclosure of performance information by local governments. *Government Information Quarterly*, 37(1), 101398. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.101398>
- Musgrave, R. A., Musgrave, P. B. (1980). *Finanças Públicas: Teoria e Prática*, Edusp.
- Nakazato, C. T. I., Silva, M. R., & Vicentin, I. C. (2021). Comunicação dos princípios de governança pública nos portais governamentais das grandes capitais mundiais: uma visão continental. *Capital Científico*, 19(4).
- Navarro-Galera, A., Lara-Rubio, J., Buendía-Carrillo, D., & Rayo-Cantón, S. (2020). Analisando determinantes políticos e sistêmicos do risco financeiro em governos locais. *Transylvanian review of administrative sciences*, 16, 104-123. <https://doi.org/10.24193/tras.59e.6>
- Nobre, C. J. F., Diniz, J. A., & Araújo, R. J. R. (2019, July 24). A Condição Financeira Governamental e sua Influência na Transparência da Gestão Pública Municipal.
- Nunes, PRC, Lima, AO, & Oliveira, MC (2012). *Evidências de Práticas de Governança em Sociedades de Economia Mista da Administração Pública do Estado do Ceará*. Anais do EnANPAD - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1–16. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB1137.pdf
- Olave, M. E. L., Vaz, V. H. da S., & Vital Brazil, O. A. (2017). Análise do desenvolvimento de organizações públicas a partir da governança de uma rede de cooperação para a produção de biodiesel em Sergipe. *Redes*, 22(3), 170–198. <https://doi.org/10.17058/redes.v22i3.9736>
- Oliveira, A. B. de, Flôres, F. D., & Pinto, N. G. M. (2020). Transparência e accountability: uma análise das Universidades Federais do Rio Grande do Sul à luz dos princípios de governança da administração pública federal. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 10(2), 12–22. <https://doi.org/10.18696/reunir.v10i2.787>
- Oliveira, A. G. de, & Pisa, B. J. (2015). IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1263–1290. <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179>

- Oncioiu, I., Petrescu, A.-G., Bîlcan, F.-R., Petrescu, M., Fülöp, M. T., & Topor, D. I. (2020). The Influence of Corporate Governance Systems on a Company's Market Value. *Sustainability*, 12(8), 3114. <https://doi.org/10.3390/su12083114>.
- Pereira, L. H. M., & Martins, O. S. (2015). Rating de crédito, governança corporativa e desempenho das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *REGE - Revista de Gestão*, 22(2), 205–221. <https://doi.org/10.5700/REGE559>
- Rhodes, R. A. W. (1996). The New Governance: Governing without Government. *Political Studies*, 44(4), 652–667. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x>
- Rhodes, R. A. W. (2007). Understanding Governance: Ten Years On. *Organization Studies*, 28(8), 1243–1264. <https://doi.org/10.1177/0170840607076586>
- Ribeiro, P. G., Ishikawa, G., Lima, I. A. de, Nascimento Neto, P., & Rasoto, V. I. (2020). Sustentabilidade no Uso de Recursos Públicos Segundo a IFAC e o CIPFA: uma análise da Prática C de Governança Pública – definição de resultados em termos de benefícios econômicos, sociais e ambientais sustentáveis. *Cadernos de Prospecção*, 13(4), 1005. <https://doi.org/10.9771/cp.v13i4.33607>
- Rivenbark, W., & Roenigk, D. (2011). Implementation of Financial Condition Analysis in Local Government. *Public Administration Quarterly*, 35(2), 241-267.
- Rodrigues, A. D. C., & Rodrigues, S. B. (2020). Governança pública e reeleições municipais em Minas Gerais. *Administração Pública e Gestão Social*, 12(1). <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i1.5682>
- Rosa, F. S., Martins, S., Lunkes, R. J., & Vieira, D. M. (2021). A Influência da Transparência Pública na Relação entre Gestão Fiscal e no Desempenho de Municípios Brasileiros. *Desenvolvimento em Questão*, 19(54), 262-278. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.54.262-278>
- Rose-Ackerman, S. (2017). What Does “Governance” Mean? *Governance*, 30(1), 23–27. <https://doi.org/10.1111/gove.12212>
- Ross, S. A. (1973). The Economic Theory of Agency: The Principal's Problem. *The American Economic Review*, 63(2), 134–139. <http://www.jstor.org/stable/1817064>
- Sacramento, A., Raupp, F., Almeida, D., & Neto, A. L. (2022). Condição financeira governamental local em tempos de Covid-19: Um estudo com municípios das regiões metropolitanas de Florianópolis e de Salvador. *Revista Brasileira De Administração Científica*, 13(1), 124-131.
- Santana, M. D. S., Faroni, W., Santos, N. D. A., & Cassuce, F. C. da C. (2019). *Endividamento público em municípios do estado de Minas Gerais: uma análise de dados em painel*. *Revista Universo Contábil*, 15(2), 24. <https://doi.org/10.4270/ruc.2019210>

- Sant'Anna, A., Neto, E. Q., & Marchi, J. J. (2020). Um ensaio sobre o desenvolvimento local desde a ativação social e a governança pública. *Interações (Campo Grande)*, 597–613. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2379>
- Santos, G. F. Z., & Hoffmann, M. G. (2016). Em busca da efetividade na administração pública: proposição de uma metodologia para design e implementação de serviços públicos no município de Florianópolis. *NAVUS – Revista de Gestão e Tecnologia*, 6(1), 88-105.
- Santos, R. R. dos, & Rover, S. (2019). Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 732–752. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180084>
- Santos, R. R. dos, & Rover, S. (2019). Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 732–752. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180084>
- Saputra, K. (2021). The effect of sound governance and public finance management on the performance of local governments. *Russian Journal of Agricultural and Socio-Economic Sciences*. <https://doi.org/10.18551/rjoas.2021-10.04>.
- Schillemans, T. (2013). Moving beyond the clash of interests; on stewardship theory and the relationships between central government departments and public agencies. *Public Management Review*, 15, 4, p. 541-562. <https://doi.org/10.1080/14719037.2012.691008>
- Schillemans, T., & Bjurstrøm, K. (2020). Trust and verification: Balancing agency and stewardship theory in the governance of agencies. *International Public Management Journal*, 23(5), 650-676. <https://doi.org/10.1080/10967494.2018.1553807>
- Silva, C. R. M. da, & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 791–801. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180234>
- Silva, M. C., Nascimento, J. C. H. B., Silva, J. D. G., & Siqueira, J. R. M. de. (2019). Determinantes da transparência municipal: uma análise empírica com municípios brasileiros. *Journal of Globalization, Competitiveness and Governability*, 13(2). <https://doi.org/10.3232/GCG.2019.V13.N2.04>
- Silva, M. C., Souza, F. J. V., Martins, J. D. M., & Câmara, R. P. de B. (2020). Fatores explicativos da gestão fiscal em municípios brasileiros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(42), 26–37. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n42p26>
- Silva, M. M., Pinto, I. M. B. S. & Cruz, N. J. T. (2021). Governança Pública: Efetividade da gestão dos municípios alagoanos à luz do IGM-CFA. *Revista de Administração UNIFATEA*, 23(23). <http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.1.7>
- Silva, T., Hasan, I., & Tabak, B. (2021). Escolha de financiamento e crescimento econômico local: evidências do Brasil. *Journal of Economic Growth*, 26, 329 - 357. <https://doi.org/10.1007/s10887-021-09191-0>

- Sol, D. A. del. (2013). The institutional, economic and social determinants of local government transparency. *Journal of Economic Policy Reform*, 16(1), 90–107. <https://doi.org/10.1080/17487870.2012.759422>
- Souza, D. C. F. (2020). *Influência da condição financeira governamental sobre os gastos com investimento público nos maiores municípios brasileiros*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Souza, M. C. S. A., & Souza, E. T (2019). Governance Rules: Efficiency And Quality Assumptions In Sustainable Public Administration Management. *ESG Law Review*, 2(ssue), e01609. <https://doi.org/10.37497/esg.v2issue.1609>
- Spreen, T. L., & Cheek, C. M. (2015). *Does Monitoring Local Government Fiscal Conditions Affect Outcomes? Evidence from Michigan*. *Public Finance Review*, 1-24.
- Stephen, P. O. (2010). *Does Governance Exist?* (London: Routledge).
- Tribunal de Contas da União (TCU). *Referencial básico de governança organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU*. Brasília: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020. 244 p. Recuperado em 20 junho, 2024, de <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-publica-a-3-edicao-do-referencial-basico-de-governanca-organizacional.htm>
- Vicente, E. F. R., & Scheffer, E. D. O. (2014). Governança e Internet: um estudo de caso sobre a divulgação de dados da Administração Pública sob a ótica dos princípios da governança pública. *Universitas: Gestão e TI*, 3(2). <https://doi.org/10.5102/un.gti.v3i2.2412>
- Vieira, L. M. E. R. (2019) *Impacto das Instituições Fiscais na Condição Financeira dos Estados Brasileiros*, [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba].
- Wang, X., Dennis, L., & Tu, Y. S. (2007). Measuring Financial Condition: A Study of U.S. States. *Public Budgeting & Finance*, 27(2), 1–21. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5850.2007.00872.x>
- Wang, Y. (2023). A Influência da Governança Corporativa no Valor da Empresa. *Avanços em Economia, Gestão e Ciências Políticas* . <https://doi.org/10.54254/2754-1169/5/20220084> .
- Zafra-Gomez, J. L., Lopez-Hernandez, A. M., & Hernandez-Bastida, A. (2009a). *Evaluating financial performance in local government: maximizing the benchmarking value*. *International Review of Administrative Science* 75(1):151-167.
- Zafra-Gomez, J. L., Lopez-Hernandez, A. M., & Hernandez-Bastida, A. (2009b). *Developing an alert system for local governments in financial crisis*. *Public Money & Management* 29(3):175-181.

Zafra-Gomez, J. L., Lopez-Hernandez, A. M., & Hernandez-Bastida, A. (2009c). *Developing a Model to Measure Financial Condition in Local Government. American Review of Public Administration*, 39(4), 425–449.